

BOLETIM anped

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação

ANEXO 5.3.6

**PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÃO EDUCACIONAIS**

INEP: PERSPECTIVAS E POLÍTICAS

HOMENAGEM A DURMEVAL TRIGUEIRO

XII REUNIÃO ANUAL DA ANPED

**RETROSPECTO DA REPRESENTAÇÃO
DA ÁREA JUNTO À CAPES**



**Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação**

NOTA EDITORIAL

Não são tranquilas as relações entre as agências de fomento à pesquisa e de coordenação dos programas de pós-graduação e a comunidade acadêmica, mediada pelos comitês assessores e pelas entidades científicas. Neste ano, ocorreram crises bastante sérias, que deram novos enquadramentos a essas relações: a tentativa de rígido atrelamento do CNPq ao MCT, os protestos veementes da comunidade acadêmico-científica e a busca de alternativas para o impasse criado; o corte violento das verbas destinadas à ciência e à tecnologia e, ao final, a quase extinção do MCT e a redução dos programas de bolsas e de apoio à pesquisa, assim como a paralisação de vários órgãos, em decorrência da contenção de despesas públicas. Em nossa área, em particular, registramos o quase congelamento do Programa Integrado "Educação e Sociedade".

Por outro lado, o INEP redefiniu suas políticas de pesquisa e de documentação e informação e, conseguindo razoável suplementação de recursos, tentou renovar e ampliar suas ações. Infelizmente, no entanto, nem burocracias mudam facilmente, nem equipes e projetos de pesquisa aparecem num passe-de-mágica. Mas tem-se em mãos, atualmente, instrumentos que podem, se bem aplicados, intervir para a melhoria da produção e disseminação da pesquisa educacional. Nesse esforço, comunidade e agência e a própria ANPEd estiveram bem próximas, tanto na elaboração dos documentos, quanto no debate de pontos fundamentais desta política, inclusive de sua implementação. Para comprovar, basta ler, neste *Boletim*, as seções 1 e 2.

Também se pode destacar como positivo o amadurecimento da representação dos Programas de Pós-Graduação em Educação junto à CAPES – embora não sem problemas, em especial no que diz respeito à avaliação dos cursos. O breve retrospecto constante da carta-circular de Jamil Cury, datada de 15.12.88, nos dá uma visão geral de quatro anos de trabalho profícuo.

Evidentemente ainda restam e sempre restarão dificuldades a vencer, como por exemplo, na escolha dos membros e na composição dos comitês assessores, sempre sujeitos a critérios políticos, e encargos a avaliar, como a própria função desses comitês na definição das políticas dessas agências. Além de tarefas a realizar, como a elaboração de um programa de ação para a área, que poderá vir a constituir-se em passo importante para maior articulação das diversas associações educacionais. É o que espera a

COMISSÃO EDITORIAL

XII REUNIÃO ANUAL DA ANPEd
 São Paulo, 8 a 12 de maio de 1989
 (Faculdade de Educação da USP)
DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO; PROPOSTAS ESPECÍFICAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO; PROBLEMAS BÁSICOS E PERSPECTIVAS

Períodos	Dia 8 – 2ª feira	Dia 9 – 3ª feira	Dia 10 – 4ª feira	Dia 11 – 5ª feira
9:00 às 12:00h	<p>Reunião de Coordenadores de Programas e Grupos de Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> Discussão do programa de ação da área para o próximo período. 	<p>Sessão de Abertura</p> <ul style="list-style-type: none"> Constituição da mesa ANPEd: desempenho nos últimos anos e perspectivas para futuro próximo XII Reunião Anual: estrutura e expectativas Grupos de Trabalho: instalação 	<p>Grupos de Trabalho (continuação)</p>	<p>Grupos de Trabalho (conclusão)</p>
14:00 às 18:30h	<p>Reunião de Coordenadores de Programas e Grupos de Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> Análise do processo de constituição e papel dos comitês junto às agências oficiais (CAPES, CNPq, FINEP e INEP) Crise do CNPq e propostas da comunidade científica: o corte das bolsas de pesquisa e exigências de dedicação exclusiva Programa de Intercâmbio: avaliação e perspectivas. 	<p>Grupos de Trabalho</p>	<p>Mesas-redondas</p> <ul style="list-style-type: none"> Papel primordial da pesquisa na pós-graduação e redefinição da estrutura curricular dos cursos Seleção de candidatos, orientação de teses e dissertações e expectativas quanto às mesmas 	<p>Mesas-redondas</p> <ul style="list-style-type: none"> Política de financiamento e apoio institucional à pós-graduação Reformulação e expansão dos Mestrados e Doutorados: linhas comuns e formas novas de organização; o lugar da Especialização
18:30 às 20:00h	<p>—</p>	<p>Sessões de troca de experiências</p> <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Estudo "Educação e Sociedade na América Latina" 	<p>Assembleia para inscrição de chapas, apresentação de programas da nova Diretoria e indicação da Comissão Eleitoral.</p>	<p>Reuniões específicas</p> <ul style="list-style-type: none"> Formação do educador 5º Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sudeste

DIA 12/5 – 9:00 ÀS 13:00H ASSEMBLÉIA GERAL

- discussão e aprovação dos documentos conclusivos sobre os temas
- aprovação de relatórios dos conselhos consultivo e fiscal
- assuntos gerais e encerramento

INEP 50 ANOS: PERSPECTIVAS

Por solicitação da Comissão Coordenadora da V CBE, foi organizada mesa-redonda comemorativa dos 50 anos de criação do INEP, ocorridos em agosto de 1988. Para compô-la foram convidados o Diretor Geral do INEP, Manuel Marcos Formiga e Cândido Grzybowski, da FGV/IESAE. Osmar Fávero, presidente da ANPEd, encarregou-se da coordenação e também interveio no debate.

Considerando que o próprio INEP havia realizado uma série de comemorações durante o ano, relembrando os pontos fortes da atuação do órgão nas diversas regiões e pre-

parava ampla solenidade nacional, em Brasília, imediatamente após a V CBE, para encerrar essas comemorações, a proposta desta mesa-redonda foi explorar perspectivas para a pesquisa e a documentação e informação educacionais nos próximos 50 anos – ou pelo menos no próximo decênio, acentuando o papel privilegiado que o INEP poderá vir a ter nesses campos.

Os textos que se seguem, escritos pelos participantes, reproduzem as intervenções feitas nesta mesa-redonda.

INEP: dos 50 anos passados aos 50 anos futuros

Manuel Marcos Formiga – Diretor Geral do INEP

Inicialmente, gostaria de deixar registrado, aos dirigentes e organizadores da V Conferência Brasileira de Educação, o agradecimento pela especial abertura de espaço ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que comemora, através desta mesa-redonda, nesta CBE, seu cinquentenário. O INEP, tendo sido organizador das primeiras conferências nacionais de educação e sendo um dos financiadores maiores deste evento, sente-se honrado com tal homenagem.

Neste ano, a Casa, a Comunidade Científica e o Ministério da Educação têm lutado pelo resgate da memória do INEP: primeiro, porque poucas instituições de pesquisa neste país têm a sua idade; segundo, por ser ele o primeiro instituto de pesquisa em ciências humanas e sociais criado no Brasil, um país de pouca tradição em pesquisa e de pouca ou quase nenhuma memória. Completar 50 anos,

embora com dificuldades, significa realmente uma afirmação de capacidade e de competência na articulação do trabalho junto à comunidade científica, principalmente por sobreviver dentro de um sistema de governo bastante instável.

O INEP tem um saldo muito favorável a apresentar. Ao longo dos seus 50 anos, tem atravessado ora períodos de bonança, ora períodos de escassez; alternam-se períodos de prestígio e períodos de quase-extinção. O ano do seu cinquentenário, acreditamos, é o ano dos resgates, da revalorização. Isso acontece em um momento histórico importante, em que a sociedade brasileira vive a transição política e procura, no seio do setor público, em um órgão de pesquisa, não só preservar, mas também assegurar a competência crítica e analítica da Comunidade no seu trabalho, proporcionando-lhe condições para que a pesquisa seja mais livre, mais aberta, mais democrática.

Curiosamente, neste órgão de pesquisa não se registrava, pelo menos até nossa chegada, uma política explícita de pesquisa. Para mim, foi uma grande surpresa verificar que um órgão de pesquisa não tinha sequer um documento básico de orientação sobre política de pesquisa. Para sanar tal situação, fomos buscar junto à Comunidade não só a representatividade necessária para se formular essa política, mas, principalmente, para legitimar a ação do INEP. Nossa percepção de dirigente de uma instituição de pesquisa é a de que compete à Comunidade Científica da área, em primeiro lugar, direcionar, definir e estabelecer os princípios a serem seguidos em uma política de pesquisa. Assumimos, pois, o compromisso de administrar uma política de pesquisa advinda da Comunidade – este foi o primeiro passo para melhorar o grau de representatividade da Comunidade no órgão, quer na formação dos comitês de pesquisa e editorial, quer na representação regional e institucional destes e, principalmente, na competência dos que são indicados para deles participarem. Devemos esclarecer que esta busca não significou nem subserviência do INEP à comunidade, nem convivência da comunidade com INEP. Trabalha-se num regime de corresponsabilidade, onde a agência de fomento de pesquisa, que sabe exatamente quais são os seus limites, e a Comunidade Científica, que também conhece sua competência e até suas limitações, devem conviver harmonicamente.

Falar em harmonia política de pesquisa no Brasil justifica um breve retrospecto sobre as relações do Estado com a pesquisa educacional. Nosso compromisso com a coordenação desta mesa é o de não repetir o que dissemos em todas as cidades que sediaram os centros regionais de pesquisa no Brasil e foram cenário da história do INEP. É impossível, entretanto, chegarmos a essa dimensão prospectiva da pesquisa sem deixar de fazer um breve retrospecto do que foi a gênese da pesquisa educacional no Brasil.

Em 1937, no bojo de uma reforma do Ministério da Educação e Saúde, que, com apenas sete anos, já apresentava uma estrutura envelhecida, constatou-se a necessidade de um instituto de pesquisa, surgindo então o Instituto Nacional de Pedagogia. Um ano depois, em 8 de agosto de 1938, quando já definitivamente implantado, este recebe o nome de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em 1938, nem o termo *inquérito*, que fazia parte da linguagem da comunidade educacional, foi utilizado. E não havia ainda a aceitação universal da palavra *pesquisa*. Esta palavra só foi incluída em 1975. Isso mostra que, até certo ponto, naquela época, *estudos* e *inquéritos* tinham muito mais a ver com a realidade educacional do País do que a *pesquisa*, que apareceu no Brasil, como em todas as áreas de ciências, muito mais recentemente, a partir das ciências físicas e da natureza, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial.

Com esta gênese, Lourenço Filho inculca uma linha de pesquisa ao Estado que predomina pelo menos até o início dos anos 50. Falo da linha pedagógica, psico-educacional, que traduz, de certo modo, a formação acadêmica do primeiro diretor do INEP. Procurava-se fazer estudos e inquéritos porque o Estado estava preocupado em compreender a escola, a partir do seu comportamento e do rendimento escolar. Era época de grande valorização dos testes psicométricos e, assim, havia uma divisão no setor referente à pesquisa onde se buscava exatamente esses objetivos. Os anos de 1950 representam para o INEP e para a pesquisa no Brasil, no meu entender, a abertura para as ciências sociais, pois a pesquisa estava muito restrita à área específica da pedagogia, embora sofresse fortes influências da psicologia. Só com a chegada de Anísio Teixeira, – com formação mais eclética do ponto de vista do cientista social, com forte embasamento filosófico e excelente formação geral, bem informado sociológica e antropológicamente –, há a busca

de apoio em cientistas já consagrados na época para vigorar essa segunda linha de pesquisa educacional que Maria Aparecida Joly Gouveia chama de linha sociológica. Isto, entretanto, vai além do sociologismo, pois a antropologia foi muito forte nesse período. A aproximação de Anísio Teixeira e Gilberto Freyre e a presença de Darcy Ribeiro no INEP fizeram com que a antropologia constituísse uma vertente privilegiada. Mas é nas ciências sociais, no sentido mais puro, onde se nota a convergência do pensamento na pesquisa educacional. É interessante como Gouveia coloca o Estado como direcionador da pesquisa educacional, através de linhas predominantes, mas também em função da disponibilidade de recursos humanos do momento, que, até certo ponto, representam a idiosincrasia dos dirigentes de então. Essa harmonia é muito significativa, pois, a partir de 1964, vamos viver um período onde a convivência com o determinismo e o dirigismo na pesquisa fazem com que a comunidade científica, que convivia harmonicamente com o Estado, passe a ver neste, antes de tudo, um inimigo. Isto acontece quando o desenvolvimentismo, o fortalecimento do capitalismo adotado pelo País e o modelo de substituição de importações centrado na industrialização fazem com que o Brasil tente se inserir no cenário da internacionalização da economia, definindo para a pesquisa educacional uma nova vertente predominante. Nessa época, a tecnologia educacional e os estudos de rendimento, eficiência e eficácia têm o predomínio da linha de política dirigida pelo Estado. Há, portanto, um distanciamento entre a comunidade e o Estado; esse divórcio perdura pelo menos até 1975, quando se acena com a abertura política. Entretanto, o predomínio dessa vertente, no meu entender, deixou marcas e traumas que ainda não foram esquecidas. Apesar da abertura, não houve, por parte da comunidade, resposta imediata, o que é compreensível, porquanto muitos intelectuais estavam no ostracismo ou no exílio. Esse divórcio entre a comunidade e a institui-

ção oficial que tem a função de coordenar a política de pesquisa em educação era plenamente explicável. Com o início dos anos 80, há a conscientização de que a abertura é um fato, pois, além da anistia, há uma liberdade total das temáticas de pesquisa junto às agências, que não mais recebem influência de determinados setores. Acredito que, na área de educação, isso seja até mais notado do que nas áreas de ciências sociais, mas o que acontece no final dos anos 50 repete-se nos anos 80: ressurgem uma linha onde a ciência política dá o tom. Parece que ainda hoje estamos vivendo essa vertente, com a ciência política liderando o processo de conscientização advindo da sociedade civil. A pesquisa educacional também recebe influência da ciência política; isto aparece nas pesquisas educacionais, na prioridade para a educação popular, no processo de aprendizagem com uma visão muito mais eclética do que aquela voltada para a eficiência e a preocupação com a tecnologia nos anos 60 e 70. É uma forma diferente de se analisar a questão. A crença na educação como motor de desenvolvimento econômico, com a supervalorização da teoria do capital humano, já não mais persiste. O prestígio das análises de custo fez com que até pessoas de outras áreas realizassem incursões pela educação, com muita divulgação na época. Lembro-me que Mário Henrique Simonsen, em seu livro acerca do Brasil nos anos 2000, investiu muito na teoria do capital humano. Também a tese de doutorado do Langoni, na Universidade de Chicago, embora na área de economia, é um estudo da teoria do capital humano. Isto significou não só a invasão na educação por outros profissionais, como, até certo ponto, condicionou a linha de financiamento das agências. E até aí, vejam bem, o INEP não se constituía em agência de financiamento.

Essa análise que estou fazendo muito rapidamente não condicionou o INEP, porque até então ele era dono do seu próprio destino em termos de pesquisa; tinha competência

interna, através de seu corpo técnico, de realizar essas pesquisas. Com a extinção dos centros regionais e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – um processo lento, gradual e contínuo que, visto através da representação de uma curva de desprestígio do INEP, chega no seu ponto máximo de inflexão inferior quando ele deixa de fazer pesquisa e perde a competência de agência coordenadora da pesquisa educacional no Brasil –, com a valorização da pós-graduação e até das condições ditadas pela Reforma Universitária em 1968, com a caracterização da indissolubilidade entre pesquisa e ensino e com a adoção do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, formam-se, teoricamente, os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das habilidades de pesquisa. Isso acontece em virtude da transferência de competências, pois, com a quase-extinção do INEP, pesquisa passa a ser o ponto dinâmico de atuação dos cursos de pós-graduação. Para sobreviver, o INEP vai concorrer com outras agências de financiamento: o CNPq, a CAPES e a FINEP, abrindo uma linha de financiamento de pesquisa. No meu entender, a agência perdeu não só a competência interna de fazer pesquisa como atuou amadoristicamente como agência de fomento. Esse amadorismo continua, em termos relativos, até hoje. É compromisso da atual administração assegurar as mudanças que já estão se realizando pouco a pouco neste ano e profissionalizar o INEP como agência de fomento de pesquisa. De que maneira se viabiliza ou se visualiza essa profissionalização? Ela começou com a participação ampla da Comunidade nas decisões, a partir do ano passado – e só a partir do ano passado, é bom que se ressalte. Nenhum projeto que deu entrada no INEP, seja de auxílio a pesquisa, seja de evento científico, deixou de receber o parecer do Comitê de Pesquisa. Esta não era a praxe; anteriormente alguns projetos passavam pelo Comitê, outros não. A linha de demanda espontânea normalmente passava pelo Comitê, mas a demanda dirigida, pleitos do próprio

INEP ou do MEC, tinha tratamento fora do Comitê. Os eventos científicos, estes sequer iam ao Comitê. No meu entender, equívocos como esses deveriam ser urgentemente corrigidos, como o foram, a partir do segundo semestre de 1987. Atualmente os auxílios financeiros aprovados pelo INEP são respaldados pelo Comitê, sendo antecedidos por uma pré-análise detalhada de cada projeto, que o próprio corpo técnico do INEP realiza, e por uma avaliação de consultores *ad hoc* que recebem cópias do projeto e recomendam ou não sua aprovação, através de parecer escrito. A partir deste ano, vamos trabalhar com dois consultores *ad hoc* para cada projeto, de forma que o Comitê possa decidir até mediante posições controversas. Dificilmente o Comitê recusará um projeto que tenha dois pareceres favoráveis, mas, se um é a favor e o outro contra, então ele tem o poder de discernir. A participação do Comitê ganhou uma nova forma no momento, com a inclusão de outras sociedades científicas, pois até então somente a ANPEd era consultada. O amadorismo se mostrava até mesmo no calendário, que era apenas para uso interno; a comunidade não tinha amplo conhecimento dele. A documentação solicitada era pouco conhecida e também pouco clara no próprio *folder*, de circulação interna. Estas foram algumas medidas de ordem prática postas imediatamente em ação, com o intuito de ir, pouco a pouco, profissionalizando o INEP como agência de fomento.

No âmbito dessa profissionalização da agência, é bom que se faça referência, nesta mesa-redonda, à parte de documentação (o Professor Osmar Fávero, por seu perfil profissional, talvez esteja mais categorizado para dar um testemunho). Nessa análise dos 50 anos, se alguma coisa ficou definitiva, se alguma coisa ficou na memória, foram exatamente as publicações do INEP, em especial a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Não é à toa que, entre os painéis dessa reunião, há um que se detém na análise da políti-

ça de pesquisa em educação através dos artigos nela publicados. Ao fazer esse cenário, gostaríamos de voltar ao assunto da relação do Estado com a pesquisa. O que acontece agora? No momento de transição democrática e de passos sérios para o processo de maturidade democrática do País, esperamos que a Comunidade seja menos refratária a um órgão do Governo, a um órgão estatal que continua com essa missão articuladora e intermediária entre aqueles que administram o Estado, administram a causa educacional, e aqueles que fazem educação. Esta posição mediadora, de interlocutor, que o INEP vem fazendo ao longo de seus 50 anos de contínua existência merece uma revisão, para nos prepararmos para o futuro que começa agora, para um futuro onde a educação brasileira, pelos seus desafios e pela sua indigência, ainda continua a reclamar soluções. Estamos terminando o século XX, estamos no limiar do terceiro milênio, sem que os assuntos básicos da educação brasileira sequer estejam suficientemente organizados para serem solucionados. Mas ainda não falamos em soluções. Urge um nível mínimo de organização para se implementar medidas concretas, para enfrentarmos os problemas de universalização do ensino básico, analfabetismo, evasão, repetência, desnível entre o 1º e 2º graus (lendo as estatísticas da UNESCO, no Brasil, verificamos que, de cada 100 alunos de 1º grau, apenas 12 chegam a concluir o 2º grau – um dos mais altos índices de evasão entre o 1º e 2º graus no mundo).

No Brasil, quase tudo ainda está para se resolver, no terreno educacional; então, o que se procura? Procuramos uma política de aproximação com a Comunidade Científica para que sejam plantadas as sementes de um futuro que está as nossas portas e para a qual não estamos preparados. E nessa linha de traçar diretrizes para o futuro, temos de fazer da pesquisa não um eufemismo, não um discurso, mas garantia e embasamento para resolver os problemas crônicos da educação brasileira. Certamente, acreditamos, isso é

consensual na Comunidade: que esta solução não será possível sem que a pesquisa seja valorizada. Sentimos muita vontade de ver o INEP fortalecido; no novo INEP, até os recursos orçamentários acenados para ele serão radicalmente mudados. Como agência de financiamento na área de auxílio à pesquisa, a partir deste ano o INEP será o primeiro financiador em educação; embora o CNPq seja considerado a maior agência de financiamento, ele cobre, contudo, 72 áreas diferentes do conhecimento. O INEP, com a finalidade precípua, específica, de financiar educação, ainda tem um papel secundário. Isto significa que ele deve preparar-se para o futuro próximo, para o momento em que passe a ser a principal agência financiadora em educação. Seus recursos ainda não são vultosos; a dimensão financeira do INEP ainda é modesta, estando muito longe das necessidades e do volume de pesquisa que o País precisa e deseja desenvolver para dar respostas a esses problemas. Contudo, o INEP, hoje, tem uma perspectiva muito diferente da que tinha até há bem pouco tempo. Numa entrevista, o Ministro da Educação, Senador Hugo Napoleão, tentou fazer um resumo das prioridades para o Ministério e incluiu a pesquisa educacional como prioridade – coisa rara, sobre a qual há muito tempo não se ouvia falar. Entre as cinco prioridades definidas pelo Ministro está a pesquisa educacional, em todos os níveis, como um compromisso da atual administração. No reforço orçamentário, nas atitudes da atual direção do Ministério da Educação, isto está se concretizando. O INEP passou de uma posição de órgão descartável na estrutura do MEC para um órgão influenciador das políticas de educação. E isso está sendo feito, não apenas pela equipe técnica da Casa, que é muito pequena, diminuta mesmo, mas também por esse diálogo que estamos intermediando entre a Comunidade Científica e aqueles que decidem e administram a educação nacional. Para o futuro, visualizamos essa aproximação como uma situação indispensável à sobrevivência do órgão e à reto-

mada de seu prestígio dentro da estrutura do MEC e dentro da definição de políticas públicas em educação. Não se deve esquecer que, até 1964, os discursos sobre Educação do Ministro de Educação e do Presidente da República eram redigidos no INEP. Este tinha a competência de falar sobre educação, em qualquer nível; todos os assuntos passavam pelo crivo da competência interna do INEP antes que o Ministro ou o Presidente da República se dirigissem ao País. É esse INEP que queremos fazer retornar ao cenário brasileiro. As políticas em educação têm de ser abastecidas e subsidiadas por quem faz pesquisa. Isto não é nenhum privilégio, é uma obrigação. O Ministério da Educação, tendo um órgão de pesquisa, não pode dispensar essa função, e esse órgão, para justificar o seu papel de coordenador da pesquisa, não pode abdicar desse princípio. É este o INEP que queremos para a próxima década, para os próximos 50 anos.

Gostaria de concluir falando um pouco de outros projetos que não são específicos da área de pesquisa, mas que têm muito a ver com essa visão futurística do INEP. Estamos nos preparando, este ano, para corrigir uma participação tímida do Ministério da Educação na elaboração da nova Constituição, não apenas no capítulo referente à educação, mas no restante do compromisso que a educação tem ao longo da Carta Magna, que está prestes a ser consolidada. Essa participação tímida do MEC terá de ser corrigida, através de uma participação mais ativa, por ocasião da redação da nova Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação.

Os educadores devem lembrar-se de que os atuais constituintes estão fazendo justiça à Constituição de 1934, que pregava a existência de um plano nacional de educação, que nunca foi redigido. Agora, num país de planejamento desmoralizado como o nosso, os educadores e pesquisadores em educação não podem perder esta chance de fazer do Plano um documento sério, e devem exigir de

toda a sociedade civil e do Governo o cumprimento do que ali ficar estabelecido. Neste sentido, o INEP está coordenando seminários regionais (o primeiro foi realizado em Curitiba; teremos mais um em Recife e outro em Curitiba), através dos quais estamos buscando subsídios para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, com o objetivo principal de assessorar e subsidiar os parlamentares. O Ministério da Educação tem obrigatoriamente de participar dessa arregimentação da sociedade civil em busca desses subsídios, cabendo ao INEP esse trabalho de coordenação. Acreditamos que uma maior aproximação do MEC (que vínhamos pregando desde o início), e do INEP (em especial com os parlamentares) vai facilitar a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação. E precisamos ter cuidado para não esperarmos 14 anos por uma terceira LDB, ou quatro anos como aconteceu com a segunda LDB.

Para o futuro, a importância da pesquisa deverá vir sob outras modalidades. A educação formal, tal como ela é hoje praticada no Brasil, já demonstrou sua incompetência. O conservadorismo da escola, inclusive o conservadorismo dos professores, tem impedido mudanças e utilização de novos conteúdos e metodologias. Um país de imensos exércitos de analfabetos não pode esperar pela escola tradicional do quadro e do giz; a esperança de redimir a Nação de uma indigência educacional está na utilização de métodos massivos para se atingir alguns objetivos referentes à alfabetização e a processos não-formais de educação. Com isso, queremos dizer do nosso credo à educação à distância. Acreditamos que o MEC tem falhado historicamente nessa área e temos sugerido, dentro dele, que compete ao INEP esse trabalho de arregimentação, de animação, com relação à educação à distância. Estamos fazendo um primeiro experimento: *O Jornal do Professor*, editado pelo INEP — um jornal simples, voltado para o professor de 1º grau, com tiragem de 500 mil exemplares —, veiculou o curso de

matemática por correspondência para professores de 1º grau, prevendo 3.000 potenciais alunos, já estando, no entanto com 17.000 inscritos. Isto mostra que há uma demanda reprimida por esse tipo de formação. A idéia do INEP é de, no próximo ano, lançar cursos por correspondência para professores de 1º grau, visando atingir um milhão de pessoas, em especial os 250.000 professores leigos. Planejamos ainda cursos semelhantes em Matemática para o 2º grau e Português e Ciência para 1º e 2º graus. Desde os métodos mais tradicionais, como a correspondência, até o uso do satélite deverão ser utilizados para expandir a educação à distância. Temos dois canais em satélite que não estão sendo utilizados pela educação; cabe a nós, educadores, a responsabilidade de nos organizarmos para, competentemente, utilizarmos esse potencial ainda injustificadamente não-utilizado. Estamos estimulando, junto à sociedade, aos grupos, às comunidades de base e às escolas, a criação de clubes de ciência e cultura. É necessário que, além das atividades formais, o aluno possa ter atividades extracurriculares nas áreas de ciência, cultura, folclore, saúde, higiene etc. Estamos nos assessorando no IBCEC - um instituto da UNESCO, aqui no Brasil - para que ele oriente, através de folhetos de informação, sobre como organizar esses clubes de ciência e cultura.

Por outro lado, iniciamos um trabalho de integração junto aos países do continente latino-americano e de língua portuguesa da África. Em outubro próximo, haverá um seminário latino-americano de todos os institutos de pesquisa em educação, em Brasília. Como o INEP, existem 29 institutos de pesquisa em educação na América Latina, com os quais o INEP não mantém sequer troca de correspondência. Eles estão sendo convidados para o seminário, a fim de que, a partir de um conhecimento mútuo entre as instituições nacionais e latino-americanas, possamos desenvolver um programa de intercâmbio de pesquisa e de documentação.

A nova sede do INEP no *campus* da UnB, cuja edificação está se iniciando agora, representa mais uma esperança deste INEP do futuro. O INEP, até hoje, nunca teve uma sede própria; ocupou diferentes prédios, obviamente do Ministério da Educação, mas nunca possuiu sede específica. Anísio Teixeira, ao programar a Universidade de Brasília, estabeleceu, no seu plano-diretor, que o INEP deveria ficar ao lado da Faculdade de Educação. O projeto foi rapidamente tolhido, mas volta agora com o apoio do Conselho Diretor da UnB e a doação de um terreno de doze mil metros quadrados, além de apoio do MEC, para construção do edifício. Esperamos, até meados do próximo ano, trazer o INEP para a convivência pacífica e harmônica com quem faz pesquisa. Esta aproximação com a UnB, do ponto de vista físico, significa, até certo ponto, a saída da convivência burocrática do MEC, que, no meu entender, não faz muito bem a um instituto de pesquisa. É melhor que um instituto de pesquisa respire ar acadêmico, universitário, do que o ar burocrático dos corredores do MEC.

Nessa nova sede, está sendo programada uma *escola do futuro*: um laboratório de demonstração de tecnologias avançadas de comunicação, aplicadas à educação, com a finalidade de propiciar, a professores e alunos dos diferentes níveis de ensino, condições para conhecimento e manuseio de formas pedagógicas adequadas à utilização de recursos instrucionais, objetivando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

No alvorecer da República, no recém-criado e de brevíssima existência Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamim Constant, inspirado no Museu Pedagógico da França, criou o *Pedagogium*, com vistas a preservar a memória da educação brasileira. Esse *Pedagogium* foi transferido posteriormente para o Governo do Distrito Federal e desapareceu, em 1919. O INEP, procurando redimir essa idéia, está montando um museu de história da educação brasileira,

que também terá o nome de *Pedagogium*. Para este museu, estamos abertos, convidando aqueles que se dedicam à educação e à história da educação a nos subsidiarem com sugestões para materializar uma exposição permanente sobre a história da educação brasileira.

Outro projeto para o INEP do futuro é transformá-lo em fundação. A atual legislação é extremamente draconiana e não permite, no momento, a formação ou a criação de novas fundações. Entretanto, temos um projeto de

modernização de casa que virá através da informatização, inclusive do sistema de bibliografia brasileira. Nossa idéia é fazer com que essa informatização chegue até o pesquisador, através da rápida e precisa divulgação dos resultados das pesquisas. A fundação será, portanto, nosso próximo projeto, após a transferência do INEP para sua sede definitiva, no *campus* da UnB. Concluindo, aguardamos as sugestões e críticas não só dos nossos colegas desta mesa, mas principalmente, do público que nos prestigia. Muito obrigado.

Notas sobre a Pesquisa Educacional no Brasil

Cândido Grzybowski - FGV/IESAE

Com estas notas visio provocar o debate sobre a necessidade de construção de novos horizontes para pesquisa educacional no Brasil. Parto do reconhecimento da importância do INEP e que cabe a ele uma grande responsabilidade enquanto um dos organismos de Estado de apoio específico à pesquisa educacional. Mas nós também temos responsabilidade. Não pretendo pensar o INEP em si, o patrimônio que ele representa para a sociedade em seus 50 anos de atuação, nem as suas responsabilidades ou os seus limites. Como pesquisador, vou tentar colocar-me no interior da atividade fim do INEP – o fomento da pesquisa educacional – e levantar alguns aspectos que, do meu ponto de vista, refletem os problemas, as indagações e as demandas de muitos pesquisadores da educação no Brasil de hoje. Penso nas perspectivas da pesquisa educacional como indicação das perspectivas do próprio INEP. Neste sentido, faço uma sugestão de agenda das questões substantivas para as quais o INEP deve dar atenção de modo prioritário.

A política de pesquisa de um órgão como o INEP deve ser capaz de *estimular* a investigação, *sinalizar* caminhos e *regular* as ten-

sões e conflitos gerados nas atividades dos centros e profissionais engajados em pesquisa educacional. A política de pesquisa deve surgir como síntese negociada das várias forças e interesses que delimitam este campo específico, desde as mais abrangentes, como as demandas sociais e movimentos políticos por educação e cultura, até as exigências específicas das intuições, grupos e pesquisadores, que concretamente pesquisam, com suas necessidades teórico-metodológicas, com suas capacidades e limites.

Porém, a pesquisa educacional não pode ser vista a partir de uma ótica meramente “administrativa” da educação, que privilegia a pesquisa de resultados imediatos, de indicações de “soluções educacionais” ou de busca de legitimação para os projetos e programas de educação do próprio MEC. Cabe à pesquisa educacional acima de tudo problematizar a realidade educacional do país, compreender e criticar as nossas questões educacionais e as soluções propostas, teorizar a nossa prática histórica, nossa experiência e nossas necessidades educacionais, aqui e agora, em confronto com as novas idéias e hipóteses, as teorias clássicas, o conheci-

mento em processo de sistematização, entre nós e no mundo em que vivemos. Isto não exclui o que chamo de pesquisa administrativa, mas não vê nela uma base suficiente para a política de pesquisa educacional de um órgão como o INEP.

Vejo que a pesquisa é acima de tudo um compromisso profissional e político com a produção de conhecimentos, com a criação de explicações sobre campos específicos da realidade. Pesquisar educação é entender a especificidade desta práxis humana. O conhecimento sobre a educação não se torna político ou é político somente na medida de sua aplicação e utilidade instrumental e imediata, mas antes, na medida em que permite uma visão coerente e orgânica da própria práxis educacional, das condições em que se realiza, dos processos que desencadeia, das suas relações com o conjunto de políticas sociais. Claro que isto pode e deve gerar novas ações, projetos, tecnologias. Mas insisto na prioridade política e relevância teórica da pesquisa que chamo de problematizadora, pesquisa de fundo, seja política, econômica, filosófica, psicológica etc., que resgata a complexidade do fazer educação, no hoje e no ontem, e levanta mais e maiores problemas explicados do que soluções a seguir.

Gostaria de ver o INEP, juntamente com o CNPq, FINEP e a própria CAPES, engajados em apoiar um salto de qualidade na pesquisa educacional do Brasil. Trata-se a meu ver, de "elevar" a pesquisa educacional em seu estatuto científico e torná-la participante dos debates sobre como entender nossos dramas sociais, o modelo de sociedade que construímos, a crise que vivemos, as alternativas que temos e as amarras que nos prendem. Claro que isto tudo tem uma dimensão especificamente educacional e cultural. Por exemplo, a compreensão dos processos geradores da exclusão e da marginalidade educacional e cultural, a qual convive entre nós com padrões de integração educacional e cultural própria de sociedades capitalistas avançadas,

é prioridade da pesquisa educacional e nosso dever como profissionais, cientistas, e como cidadãos. Neste sentido, a segregação escolar que pesa sobre muitos e as debilidades do nosso sistema de escola pública são reveladores do que somos, do conservadorismo das nossas classes dominantes, da fragilidade de nossa sociedade civil. Problematizar e teorizar sobre esta questão, revelando e até denunciando os processos que lhe dão origem, pode não apontar soluções imediatas para a educação, mas torna a pesquisa educacional participante dos debates político-ideológicos sobre projetos alternativos ao desenvolvimento para o Brasil, além de obrigar a própria pesquisa a dar saltos teórico-metodológicos qualitativos em busca de paradigmas mais consistentes cientificamente e de uma compreensão mais rigorosa da questão, ao mesmo tempo. Não basta constatar falta de escola, evasão, repetência etc. Precisamos explicar os processos geradores desta situação, questionar as explicações/compreensões existentes, resgatar as condições em que projetos democratizadores são derrotados etc.

Somos contemporâneos de uma profunda revolução no regime de acumulação de capital, em escala mundial, e nos modos de regulação constituídos no após II Guerra Mundial. O processo de crise-reestruturação que nos atinge, além de sua concretude e rudeza econômico-política, tem uma clara dimensão ideológica. No campo específico das ciências humanas e sociais, revisam-se os paradigmas teóricos e reconstituem-se os problemas para a ciência. A micro-eletrônica e a informática, a química fina, a biotecnologia, a maior industrialização, a terciarização da economia apontam para mudanças nas práticas produtivas, no trabalho portanto, e no conjunto das relações sociais. Como vivemos e enfretamos isto nós pesquisadores da educação neste país particular que é o Brasil? Como as agências governamentais se colocam frente a isto? Até que ponto os dramas gerados pela

nossa síntese histórica, contraditória evidentemente, de riqueza e de miséria, de exclusão, da marginalidade da favela, da falta de casa, saúde e educação, com a contemporaneidade desta nova revolução industrial, são por nós pensados? Até que ponto, portanto, analisamos tais dramas em sua dimensão especificamente educacional? Afinal, como pesquisamos o nosso tempo e como somos apoiados para isto? Recuso-me a pensar que não cabe à pesquisa educacional e à política que visa estimulá-la e regulá-la o definir tais problemas como prioritários ou relevantes. Como está este debate no INEP, já que falamos de perspectivas da pesquisa educacional no mínimo para a próxima década?

Nós, pesquisadores da educação, já aceitamos o desafio de pensar a educação como um processo constitutivo da própria democracia no Brasil. Talvez não problematizemos o suficiente sobre como o autoritarismo está entre nós, sobre a conciliação de classes, o populismo, especialmente na educação, nos projetos de escola, de formação profissional, de educação de adultos, de universidade. A questão democrática é também uma questão educacional e cultural. Devemos aceitar este desafio, empurrando além os limites de nosso conhecimento, construindo pelo esforço tenaz de uns poucos. Mas será que as agências governamentais, em particular o INEP, estão dispostos a uma pesquisa tão sem soluções e resultados quantificáveis como a que supõe tais estudos? E o debate contemporâneo sobre concepções, projetos de sociedade, paradigmas? Como nós pesquisadores da educação o enfrentamos em nossas pesquisas concretas? Ou somos limitados, nem nos aventuramos a fazer isto, pelo já limitado financiamento da pesquisa em educação? Não podemos perder o bonde da história, mesmo se os problemas mais imediatos das práticas e instituições educacionais nos exigem o maior esforço. Afinal, este é mais um dos dramas sociais nossos: não estamos atrasados em relação aos outros,

aos países centrais, mas somos seus contemporâneos com problemas que os outros não tem e talvez nunca tiveram com tais dimensões e características. Como realizamos nossas sínteses teórico-políticas e que apoio político-financeiro recebemos? Eis mais uma questão para o INEP.

Poderia estender-me longamente sobre as prioridades de pesquisa. Aliás, nenhuma do tipo administrativo. Falo de pesquisa fundamental. Não me parece que as agências, como o INEP, com a sua chamada demanda rígida, vão neste sentido. Na FINEP se começou algo, mas já está morrendo. No CNPq acho que nem deu para o começo. A demanda de balcão do INEP atenderá a isto? Aliás, precisamos urgentemente levar a sério as nossas Conferências de Educação, os nossos Congressos, seja de ANDE, ANPEd ou CEDES, entre outros, como identificadores das prioridades de pesquisar, a serem estimuladas diretamente pelos órgãos ou propostos por centros e pesquisadores individuais. Ou os nossos congressos nada significam?

Entrando mais diretamente em nossa prática de pesquisa, gostaria de levantar algumas questões para a política de um órgão como o INEP. A nossa pesquisa educacional tem sua principal base nos centros e profissionais envolvidos na pós-graduação da educação. Especial destaque merecem teses e dissertações como expressões de uma produção coletiva nova, da maior importância. Mas aí vem a questão: nós sabemos o que e como produzimos? Interessa a um órgão como o INEP saber o que estamos produzindo? Interessa a um órgão como o INEP saber o que está acontecendo e como apoiar certas tendências da pesquisa educacional brasileira? O que aprendemos em mais de 20 anos da pós-graduação no campo científico da pesquisa educacional?

Devemos pensar na pesquisa da amanhã. É urgente avaliar o nosso esforço coletivo,

definindo as nossas potencialidades e nossa limitações teórico-metodológicas. O apoio aos projetos de pesquisa mais substantiva dos centros de pós-graduação, suas linhas temáticas e projetos coletivos ou individuais, deve ser uma constante, procurando negociar prioridades e respeitando o fecundo debate gerado pela diversidade de abordagens. Este último aspecto, porém, merece ser esclarecido, pois em nome da diversidade teórico-metodológica muitas vezes se esconde a incompetência e a falta de responsabilidade com os escassos recursos que são destinados à pesquisa. Aceite-se a diversidade de perspectivas, mas garanta-se espaço de confronto acadêmico, de debate, de questionamento, de dúvida dos caminhos seguidos, tanto em nossos centros como na política de pesquisa!

Metodologicamente temos muito a avançar. É necessário investir em pesquisa educacional como é necessário investir em educação. Temos deficiências de toda ordem. Não me parece que com a dispersão de recursos e a fragmentação de projetos, como muitas vezes foi a prática do INEP, poderemos avançar muito. Nossa etapa experimental em pesquisa educacional deve ser superada, já acabou. Precisamos ir além do bravo esforço de tantos pioneiros. Precisamos de bases mais sólidas e permanentes. Em termos metodológicos, creio que nosso principal problema é a cisão entre teoria e realidade empírica. Quando teorizamos tendemos a reproduzir teoria dos outros, quando nos voltamos à realidade empírica quase nos afogamos nos próprios dados que coletamos e nos seus instrumentos de medida. O resgate do empírico – como concreto pensado – é próprio da pesquisa. Mas desenvolver métodos adequados de trabalhar o empírico para

transformá-lo em concreto pensado supõe um enorme esforço da criação de categorias analíticas, de elaboração de sínteses teóricas, de reflexão lógica para chegar a sínteses significativas. Este é um esforço individual, sem dúvida, mas cada vez mais é necessário um apoio coletivo, através do intercâmbio, do confronto, do debate. Facilitar isto deve ser uma prioridade da política de pesquisa educacional.

Neste campo gostaria de destacar a importância que tem para os pesquisadores o acesso à documentação, às bibliotecas. A iniciativa do INEP, em termos de divulgação deve ser destacada neste sentido. Mas necessitamos de muito mais. Às vezes, como muitos aqui, sinto-me um D. Quixote às avessas, deslocado no tempo e no espaço. Luto contra idéias que já morreram. Como pesquisadores, não temos acesso fácil à biblioteca e, por isto, não confrontamos as nossas idéias com os nossos contemporâneos, mas com alguns fantasmas do passado. Faltam-nos facilidades de documentação e informação.

Enfim, muitas questões poderiam se levantadas aqui. Sou um pesquisador, como muitos, que pesquisa porque tem vontade, te são mesmo, mas... às vezes dá vontade de ir plantar batatas. A resistência é um dever social, até uma questão de cidadania nesta nossa sociedade de tradições autoritárias e tecnocráticas. Creio que a maioria dos pesquisadores educacionais pesquisa porque apesar de tudo acredita na relevância de seu trabalho. Será que os órgãos governamentais de pesquisa pensam o mesmo de nós pesquisadores?

Política de Documentação e Informação

Osmar Fávero - FGV/IESAE e ANPED

Nesta minha exposição, quero analisar outra dimensão do trabalho do INEP - relativamente pouco valorizada, embora bastante importante para o pesquisador: a documentação e a informação. Cândido já tocou nisto, em termos de necessidades, e Formiga deixou a meu cargo desenvolver este aspecto, inclusive porque fiz parte da comissão que elaborou a proposta de política de edições do INEP. Observo que o documento resultante, pelas circunstâncias em que a comissão trabalhou, restringiu-se à *política de edições*: dos periódicos e das séries existentes e das condições possíveis, em futuro próximo. Mesmo no tocante às revistas da área, avançou pouco. Nesta exposição talvez consiga complementar aquele documento, pelo menos em alguns aspectos.

Faz parte da história do INEP, primeiro, louvar a existência, depois, lastimar a perda da excelente biblioteca de ciências sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, cedida, após a extinção desse Centro, à UFRJ, com vistas a seu Doutorado em Educação. A meu ver, não adianta "chorar sobre o leite derramado". Pouco adianta também procurar recuperar a biblioteca, para o INEP. Talvez não mais atenda as suas necessidades. E uma biblioteca do INEP não deve fazer concorrência com outras bibliotecas universitárias. Considero essencial, por outro lado, procurar equacionar o papel do Instituto na documentação e informação educacionais. E aqui cabe lembrar, ainda, que o INEP não perdeu somente o CBPE e sua biblioteca. Perdeu também os Centros Regionais de Pesquisa. E com estes, desapareceu parcela significativa da memória da educação brasileira, pois os centros de pesquisa eram simultaneamente centros de documentação. Em parte apenas essa documentação foi incorporada ao arquivo do INEP, em Brasília, e às bi-

bliotecas das respectivas Faculdades de Educação que abrigavam os Centros. Ou ficaram sob guarda da Fundação Joaquim Nabuco, no caso de Recife, e, suponho, da Fundação João Pinheiro, no caso de Belo Horizonte.

Esse esforço de manutenção ou de reposição das antigas bibliotecas e documentação não deve esconder o fato de que se tem perdido, dia-a-dia e ano-a-ano, no próprio Ministério de Educação, documentos antigos e recentes. Não se deve ignorar ainda que arquivos inteiros de órgãos importantes estão "perdidos" em depósitos. Cito alguns casos, de memória: Onde está o arquivo da CAPES, que não veio para Brasília? Consta que em um depósito do MEC, em São Cristóvão, no Rio. Onde está o arquivo dos acordos MEC/USAID? Por acaso, conseguiu-se a doação de parcela significativa dos documentos guardados em uma sala do antigo Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, onde ainda funciona uma "representação" do Ponto IV. Esses documentos, pela legislação americana, já poderiam ser postos à disposição dos interessados ou destruídos. Quase foram destruídos. Com eles, conseguiu-se comprovar que as traduções brasileiras dos acordos assinados, publicadas oficialmente pelo MEC, não correspondem integralmente a pontos críticos dos originais em inglês.

Onde está a documentação de quase dez anos de atuação do Departamento de Ensino Supletivo do MEC, recém desativado, inclusive os relatórios do grande programa de pesquisa da UnB, por ele financiado? Grande parte no CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, em São Paulo, pois veio a ter às minhas mãos, por doação. Passei-a a Sérgio Haddad, para a elaboração do *estado de arte* sobre o Ensino Supletivo, financiado pelo INEP. Qual o destino da do-

cumentação do Projeto Minerva e das Campanhas Nacionais de Alfabetização da década de 50? Sabe-se, por sua vez, que os arquivos da Campanha Nacional de Educação Rural foram postos fora, muito recentemente.

Em minha opinião, caberia ao INEP, em futuro próximo:

a) constituir-se em "matriz" das bibliotecas da área de Educação, principalmente das Faculdades de Educação e dos Centros de Pós-Graduação;

b) garantir a preservação da memória atual da educação brasileira, reunindo e processando documentos recentes do MEC, inclusive as informações relativas aos planos e programas elaborados.

Esses esforços devem ser conjugados com iniciativas equivalentes que estão sendo feitas em vários países da América Latina. Muitos problemas são comuns e, por outro lado, nos fazem falta estudos comparados. Retomando os exemplos dados anteriormente, é impressionante constatar, nos anais de um seminário sobre educação através de rádio realizado há alguns anos no Chile, total omissão de referências a qualquer experiência brasileira. Apagou-se da memória latino-americana as experiências da SIRENA e do Movimento de Educação de Base, para citar apenas as duas maiores, devedoras ambas da Ação Cultural Popular da Colômbia, também ela omitida, e matrizes, por sua vez, de atividades pioneiras em outros países.

Evidentemente não cabe ao INEP recolher tudo, ou tudo fazer sozinho. Penso que o Centro de Informações Bibliográficas de Educação e Cultura deveria:

a) conter uma *biblioteca-mãe* (matriz de um sistema), um *centro de documentação* (principalmente do próprio MEC), um *banco de pesquisas* (relatórios e projetos significativos, e teses e dissertações, comunicações, artigos da área e sobre a área etc.);

b) manter, como cabeça, uma rede ou um *sistema de informação* sobre a documentação disponível e as pesquisas em realização, inclusive aquelas apoiadas por outros órgãos e agências de fomento;

c) integrar-se com outros sistemas existentes, em especial da CAPES, do Senado Federal, da Biblioteca Nacional;

d) alimentar as (e alimentar-se das) bibliotecas e centros de documentação das faculdades de educação, centros de pesquisa e programas de pós-graduação, com a compra ou pelo menos a indicação dos livros essenciais, inclusive montando "bibliotecas básicas" por subárea, promovendo a impressão (rápida e barata) de relatórios de pesquisa, a produção de catálogos de pesquisas e cadastros de pesquisadores, assim como bibliografias gerais ou especializadas e "estados da arte" – no estilo atual da REDUC, ou mais analíticos, como as do BIB – *Boletim Informativo e Bibliográfico*, da ANPOCS, e redefinindo a *Bibliografia Brasileira de Educação*;

e) apoiar os periódicos da área, em integração com as outras agências oficiais de coordenação (CAPES) e fomento (CNPq e FINEP), colocando-se aqui também como "cabeça de sistema" (por exemplo, no que diz respeito ao registro e à crítica sistemática dos produtos de pesquisa: relatórios, artigos, teses e dissertações).

Vou me permitir explorar alguns destes aspectos. Considero que a liderança do INEP na área de documentação e informação passa pela elaboração de catálogos de pesquisas e cadastros de pesquisadores, em colaboração com outros órgãos e agências: o Senado Federal, a CAPES, a FINEP e o CNPq, as Universidades, para que se possa contar efetivamente com um sistema informatizado que permita o acesso a toda a produção elaborada e principalmente ao melhor do que foi produzido. Apenas parcialmente os produtos das pesquisas têm sido divulgados em livros

e artigos. Neste campo, o esforço do INEP tem sido grande, nos últimos anos. A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* é o melhor documentário da história da Educação Brasileira, sem nenhuma dúvida. Com lacunas, certo; mas, só nos damos conta de lacunas quando temos a coleção da RBEP à mão. Não devemos nos esquecer, por outro lado, que a *Bibliografia Brasileira de Educação* é um pouco mais que uma "saudososa memória". Talvez não valha mesmo mantê-la (ou resuscitá-la) como era. Há processos muito mais ágeis, desde que as informações sejam informatizadas. E é preciso conjugá-los com os "estados da arte", estes sim um bom passo à frente, em dimensão continental, por força da REDUC.

Quanto aos catálogos, num esforço associado, o INEP e a ANPEd estão conseguindo editar ano-a-ano o catálogo das teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação em educação, desde 1971 até hoje. Mas isto significa apenas parcela da produção de pesquisa recente, porque só incorpora teses e dissertações elaboradas na área de educação. Não compreende as teses e dissertações sobre temas educacionais aprovadas em programas afins: história, psicologia, antropologia, política etc. Nem as teses defendidas no exterior, assim como não possibilita ao pesquisador os imprescindíveis "cruzamentos". Lembro que proposta neste sentido foi apresentada pelo Comitê de Educação do CNPq, recentemente. Por outro lado, não temos nenhum catálogo de pesquisas mais geral. E nenhum cadastro de pesquisadores, apesar dos formulários obrigatoriamente preenchidos todo ano para a CAPES e eventualmente para o CNPq e o INEP.

Volto a afirmar que essa missão o INEP não pode executá-la sozinho. Nem deve. Seu papel é liderar as outras agências oficiais e evidentemente solicitar a colaboração das sociedades científicas. Estas têm (ou devem ter) acesso pronto, cotidiano, à Comunidade

Científica. Nenhuma agência pode (nem deve) dispor de melhores cadastros de sócios que os da SBPC, da ANPEd etc.

Na reconquista da memória da educação brasileira há outra vertente a explorar: a produção original e às vezes inédita de uma pleiade de educadores que muito escreveu e que nem sempre teve oportunidade de divulgar amplamente seus escritos. Um primeiro produto nessa linha foi a edição das *Memórias de Pascoal Lemme*, que o INEP vem de editar, com a Cortez. Outras coedições estão previstas, na mesma linha. É preciso incentivar também pesquisas sobre estes educadores — como está sendo feito pelo prêmio "Grandes Educadores", do próprio INEP. Outro bom exemplo é a interessante pesquisa realizada pelo Mestrado em Educação da UFSCar, sobre educadores brasileiros contemporâneos, que cumpre editar breve.

Considero também função do INEP não só manter uma boa revista, que divulgue resultados de pesquisa e seja espaço de debates teóricos, mas apoiar as revistas da área. Aqui também é preciso sistematizar esse apoio, em conjunto com outras agências. A produção da área tem crescido muito, pelo menos em quantidade. Essa produção precisa ser divulgada mais rápida e criteriosamente. Isso não se fará apenas pelos veículos oficiais, por melhores que eles sejam, mas através de publicações oficiais e privadas, em conjunto. Não se deve esperar, aqui também, uma ação exclusiva do INEP. Deseja-se que este tome a iniciativa da integração e, se possível, lidere as outras agências. Ao mesmo tempo, deve procurar catalizar a colaboração da Comunidade Científica.

Finalmente, no que tange aos resultados das pesquisas, o registro, o depósito, a divulgação e a crítica devem ter em vista dois aspectos essenciais e correlatos expostos por Pedro Goergen no estudo "A divulgação da pesquisa educacional" (publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* nº 153, de maio/ago. de 1985):

a) a qualidade da pesquisa, o que obriga a considerar desde a definição do objeto da mesma e a escolha do método; e

b) seu significado social, para o que é fundamental abrir-lhe novos horizontes (cf. Cândido Grzybowski), inclusive para que venha a estudar adequadamente os reais problemas da educação e equacioná-los corretamente.

Imbricam-se, neste campo, as duas linhas de ação fundamentais do INEP: estudos e pesquisa - documentação e informação. A política de edições deve ser uma resultante dessas duas linhas. Deste ponto de vista, considero suficiente a proposta da comissão referida. E vale ainda lembrar, concordando com e reforçando Pedro Goergen, que, se não cabe ao INEP encarregar-se de cursos e conferências, cabe-lhe apoiar e/ou promover seminários e outras reuniões em que diferentes pesquisas se somem, ou nos quais diferentes perspectivas se confrontem; cabe-lhe patrocinar estágios, nos quais pesquisadores mais experientes auxiliem os mais novos, assim como prever a assessoria que lhes deve ser prestada.

Insistindo ainda sobre os meios de divulgação apresentados por P. Goergen no artigo citado, deve o INEP preocupar-se com o uso dos meios de comunicação de massa de maior penetração entre os professores e especialistas da rede de ensino e nas camadas mais amplas da população. O *Jornal do Professor* foi um bom primeiro passo; mas há ainda a televisão (as TVEs principalmente), o filme e o vídeo, a fita. Necessário investir, como lembra Goergen, na importância da educação e da pesquisa através do jornalismo científico.

Dentro das grandes metas anunciadas pelo Diretor do INEP, algumas bastantes corajosas, tomo a liberdade de propor estas prioridades, lembrando que algumas delas já estão em processo e outras apenas esperam sua hora e vez.

Considerando que o INEP, embora não seja a única agência oficial que apoia a pesquisa em educação, é a única que define sua atuação exclusivamente na área educacional;

considerando que lhe cabe virtualmente a responsabilidade de liderar a articulação entre as agências de fomento à pesquisa, o entendimento entre os centros de pesquisa e as universidades, em especial as faculdades de educação e os programas de pós-graduação da área, assim como a colaboração com as associações científicas e, através delas, a comunidade acadêmica respectiva;

considerando que lhe cabe ainda, também virtualmente, a tarefa de coordenar as atividades de pesquisa do MEC; e

considerando, finalmente, os momentos significativos de seus cinquenta anos de história, em especial seus esforços de sobrevivência e sobretudo a renovação e reafirmação atuais;

é-nos lícito esperar do INEP atuação lúcida, decidida e corajosa no que diz respeito à criação de situações que promovam a alteração radical (no sentido de ir às raízes) das condições de base que estão entretendo a melhor definição e execução da pesquisa educacional, inclusive no que diz respeito à documentação e informação.

CATÁLOGOS DE TESES

Está em fase de composição gráfica o Catálogo de Teses 1971/82. Esperamos tê-lo pronto até o final do semestre.

Em relação ao Catálogo de 1988, recebemos boa parte do material e pretendemos iniciar imediatamente os trabalhos visando a sua publicação.

INEP: POLÍTICAS

Ao final de 1987, o Ministro da Educação, por proposta do Diretor Geral do INEP, criou duas comissões para avaliar as políticas de pesquisa e de documentação e informação daquele Instituto e propor subsídios para a reformulação das mesmas.

Essas Comissões foram compostas, a de política de pesquisa, por: Alceu Ferrari (UFRGS), Bernadete Gatti (FCC e PUC/SP), Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG), Gaudêncio Frigotto (UFF e FGV/IESAE), Valnir Chagas (UnB), Iracy Picanço (UFBA) e Menga Lüdke (UFF e PUC/RJ); a de política de do-

documentação e informação por: Jaime Robredo (UnB), Maria Malta Campos (FCC e PUC/SP), Osmar Fávero (FGV/IESAE), Paulo Melo (IBICT) e Walter Garcia (CNPq).

Os trabalhos estenderam-se até meados de 1988 e os dois relatórios elaborados pelas respectivas comissões são publicados a seguir, para que os associados da ANPED tomem conhecimento de seu conteúdo e possam utilizá-los, na medida de suas necessidades. Seria importante ainda contribuir para seu aprofundamento e especialmente zelar pela sua implantação.

Relatório da Comissão de Avaliação da Política de Pesquisa Educacional do INEP

O INEP e seu papel

Este documento tem como objetivo delinear diretrizes da política de pesquisa para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

A realização deste objetivo requer que se analise o papel do INEP no contexto da pesquisa em educação tanto no que concerne às condições institucionais, nas quais se realiza esta pesquisa, quantidade e qualidade dos pesquisadores e de pesquisa na área, como à atuação das diferentes agências de fomento.

O INEP, nos seus 50 anos de existência, vem desempenhando um papel historicamente relevante no desenvolvimento da pesquisa educacional no país. Criado como centro de estudos das questões educacionais, já nos seus primeiros anos de funcionamento dispunha de documentação que lhe possibilitou oferecer subsídios para a organização do

ensino primário e normal, em todos os estados brasileiros. Pioneiramente, dedicou-se também à preservação da memória e da história da educação brasileira.

Em diferentes momentos, este papel sofreu variações, em função de mudanças na ordem econômica, política e social, que incidiram na educação brasileira em geral e na própria conformação da administração pública, inclusive no setor da educação e da pesquisa.

Assim, por exemplo, durante certo tempo, a administração do INEP e da CAPES estiveram articuladas e complementarmente integradas, sob a direção única de Anísio Teixeira. Da mesma forma, órgãos de apoio financeiro às atividades educacionais, tais como o Fundo Nacional de Ensino Médio e o salário-educação se originaram e desenvolveram com o apoio técnico do INEP, bem como outros mecanismos temporários, traduzidos em

diversas campanhas, estiveram dentro da sua esfera de ação.

Momentos significativos na história do INEP referem-se também àqueles de criação e desenvolvimento de um Subsistema de Informações Documentais e Bibliográficas em Educação e de formação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955), que se desdobrou em Centro Regionais*.

Tais ações conferem ao INEP, sem dúvida alguma, papel relevante na evolução da pesquisa educacional no Brasil, que é relativamente recente e se intensifica a partir da década de 60, quando, em decorrência do próprio processo de desenvolvimento e da conseqüente complexificação da sociedade brasileira, surgem outras agências de fomento da pesquisa, quer de âmbito nacional quer de âmbito regional. Concomitantemente e dentro do mesmo processo, as universidades brasileiras foram definindo a pesquisa como uma das suas funções precípuas. Em especial os programas de pós-graduação passaram a ser um lugar de pesquisa.

Ao longo desse percurso, o INEP viveu diferentes fases, enfrentando sucessivos percalços, entre os quais os que se deram num contexto de anormalidade institucional do país. Alguns foram superados, outros acumulados no tempo, originados das flutuações, tanto da política educacional como, especificamente, da concepção e prática de uma política científica e tecnológica para a área da educação. A título de exemplo, pode-se referir à variação nas prioridades de pesquisa, a freqüente troca de dirigentes, a descontinuidade da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, a oscilação na disponibilidade de recursos financeiros e a ausência de recursos humanos estáveis. Vale lembrar, também, a alternância dos momentos em que a Instituição é prestigiada com aqueles em que é ameaçada de extinção.

Em que pesem essas variações e a despeito do relativo avanço já efetivado no desenvolvimento da pesquisa e na formação de pesquisadores e técnicos, os documentos disponíveis sobre este tema – artigos analíticos de diferentes épocas, relatórios, banco de teses e dissertações, listagem de projetos financiados, resumos de projetos, artigos de pesquisa etc. – ressaltam determinadas questões que têm sido uma permanência no tempo e se repetem ao longo dos muitos projetos já conduzidos:

- dispersão e desarticulação das temáticas;
- descontinuidade de linhas de pesquisa;
- estudos limitados e excessivamente parcelários;
- multiplicação de pesquisas paralelas sobre a mesma questão, de modo errático;
- não utilização da pesquisa bibliográfica competente na área temática, mesmo ao nível da produção nacional;
- construção frágil do problema e do objeto de pesquisa, aliada a problemas metodológicos na escolha e utilização dos procedimentos de coleta e análise de dados.

Estes problemas podem ter origem em algumas condições de base que merecem ser analisadas, com cuidado, pois, talvez, um caminho alternativo para o estabelecimento de diretrizes para o futuro próximo do INEP esteja na criação de situações que possam promover a alteração dessas condições.

Sob essa ótica, devemos considerar as condições de produção da pesquisa educacional no Brasil. As ações das agências financiadoras na área têm variado nos últimos quinze anos, desde a fixação de programas e temas prioritários até a recepção da demanda espontânea sem nenhum critério de seletividade próprio, a não ser a qualidade do projeto, nem sempre bem definida. Algumas vezes, atuaram de forma combinatória, acatando a

* Os Centros Regionais de Pesquisa Educacional foram instalados no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais foi extinto em 1977.

demanda espontânea, mas solicitando, também aos pesquisadores este ou aquele estudo em função de suas necessidades ou prioridades internas.

Em qualquer dos casos, sempre caberia uma discussão sobre a validade do procedimento adotado, o que nos conduziria ao exame das raízes histórico-políticas dessas opções. Podem ser levantados argumentos quanto a vantagens e desvantagens de se priorizar esta ou aquela temática de pesquisa em função deste ou daquele interesse específico, ou de nada priorizar, trabalhando na suposição de que o pesquisador, em seu contexto e com sua bagagem intelectual, tem condições de selecionar os problemas relevantes. Muito já se criticou essa atitude de *laissez faire* por ser geradora de projetos excessivamente particularistas, prestando-se a um consumo limitado aos muros da universidade e a um círculo de iniciados. Por outro lado, muito já se criticou também o dirigismo de algumas fases das agências de financiamento que alimentou pesquisa paralela, desconectada, muito modismo por aderência e trabalhos inúteis, pois à adesão a uma temática imposta nem sempre corresponde uma competência profissional para o trato da mesma.

Cabe ressaltar que não tem havido uma avaliação por parte desses órgãos quanto às suas próprias condições e competência para analisar e utilizar o produto demandado. Lidar com as prioridades político-históricas ou da estrutura de um Estado, de um lado, e com a intuição, a sensibilidade, a habilidade e a competência de pesquisadores, de outro, exige um esforço dialógico em que o intercâmbio de idéias, interesses e percepções se faz fundamental.

Outro aspecto a considerar refere-se às formas de concessão de auxílio à pesquisa. O atendimento financeiro oferecido tem sido, predominantemente, a projetos individuais, portanto, sujeitos às possibilidades de um

profissional que contará com um ou dois auxiliares para as tarefas mais rotineiras. É muito pequeno, no entanto, o número de projetos de maior fôlego apoiados pelas instituições em pauta, integrados em torno de uma especialidade e com um trabalho continuado.

Dessa dispersão e descontinuidade decorre a fragilidade de condições para a formação de novos pesquisadores. Não se pode pensar numa formação e aperfeiçoamento efetivo de pesquisadores na área se a prática de pesquisa continuar tão estacelada e ao sabor de certas injunções conjunturais. A formação em pesquisa é feita, sobretudo, pela prática constante, pela reflexão, pelo contato contínuo com o problema e os métodos de abordagem e pela vivência com pesquisadores mais experimentados.

A formação de equipes de pesquisa com duração mais prolongada de vida, nas universidades ou fora delas, é ainda uma meta a ser alcançada. Concretamente, é preciso ressaltar que o número de pesquisadores atualmente existente não é satisfatório. Nas publicações dos últimos anos é possível verificar um indício claro de amadurecimento e solidez intelectual. No entanto, faltam, ainda, as condições de apoio institucional e financeiro, capazes de reverter uma situação em que a produção científica fica na dependência de empenhos pessoais que se traduzem no esforço pela obtenção de tempo e espaço para a pesquisa dentro do conjunto das atividades universitárias, na espera junto aos balcões de financiamento e, mesmo, na luta pelo reconhecimento do próprio trabalho de pesquisa, um trabalho que não dá resultados imediatos e palpáveis a curto prazo.

É preciso dirigir algum esforço no sentido de propiciar a acumulação de conhecimentos necessários ao amadurecimento de líderes de equipes capazes de planejar linhas de investigação a longo prazo e orientar, com segurança, outros pesquisadores e postulantes a pesquisadores.

A adequação do acervo bibliográfico e documental constituiu outro item importante, associado a essas questões. Como o clima de pesquisa não constitui o *ethos* das universidades em geral, a preocupação com o equipamento das bibliotecas ocupa pouco os administradores, com raras exceções. A constituição e a manutenção de bibliotecas nas universidades não são feitas de forma ideal. Se, de um lado, não se verifica um empenho da administração do ensino superior e da educação em geral neste sentido, por outro, a pressão dos docentes nesta direção tem sido muito fraca. Não se concebe qualquer pesquisa sem um apoio na literatura, caso contrário, esta corre alto risco de não significar avanço, mas repetição inócua. Complementarmente, a pesquisa cujos dados e análises não são divulgados, avaliados, discutidos, não pode causar impacto nem contribuir para o avanço nas análises dos problemas que aborda. Um sistema de informação em pesquisa educacional é fundamental para apoio aos trabalhos e avanço no exame das questões de investigação.

Outro aspecto a considerar é o da disponibilidade de informações e análises para outras instâncias, sejam da área política, ou de diferentes níveis da administração educacional. O formalismo dos relatórios de pesquisa e a estrutura acadêmica dos artigos especializados não encontram um veículo de comunicação mais adequado e ágil para que seus resultados sejam acessíveis às diferentes instâncias de órgãos decisórios e executivos. Isto limita a socialização desses conhecimentos e seu possível impacto social.

O INEP, na tentativa de explicitar as suas funções no conjunto das diferentes agências de apoio à pesquisa, e em decorrência de uma crescente consolidação de associações científicas, de fundações de pesquisa educacional, dos programas de pós-graduação e de outras associações da área, vem tomando iniciativas em determinadas direções que indicam mudanças tanto em ações referentes à

formação de temáticas de pesquisa quanto com relação ao acompanhamento das pesquisas em desenvolvimento numa dimensão qualitativa. Essas ações, por vezes descontínuas, frágeis e nem sempre transparentes, evidenciam uma evolução não linear na busca de uma identidade que privilegie o seu papel de articulador e aglutinador da pesquisa educacional.

Para que este papel se efetive de forma cada vez mais consistente, a política de pesquisa do INEP, tanto no campo de apoio quanto na divulgação do conhecimento, necessita estar vinculada aos desafios e impactos produzidos pela velocidade das mudanças científicas e tecnológicas sobre a sociedade brasileira, nos campos econômicos, político, social e cultural, em seu reflexo no campo educacional. A especificidade do seu papel deve se definir pela busca do estabelecimento de elos no âmbito da política do Estado com as necessidades apontadas pelos diferentes espaços da sociedade civil onde se produz pesquisa educacional.

O papel do INEP, enquanto aglutinador e articulador do esforço mais amplo do Estado na pesquisa e na divulgação do conhecimento na área da educação, deve ser ressaltado. O INEP não é o único organismo do Estado que financia pesquisa educacional; todavia, é o único que define sua ação exclusivamente no campo da educação, o que lhe dá uma forte responsabilidade no sentido do estabelecimento de articulações. Esta perspectiva, entendemos, resgata a relevância política que o INEP teve quando da sua criação.

Diretrizes para uma política de ação do INEP

As indicações anteriores, resultantes do balanço analítico da política de pesquisa em educação efetivada pelo INEP, nas últimas décadas, apontam para a necessidade, urgente, de retomada por parte do MEC de

apoio substantivo a esse Órgão, principalmente, nas suas duas atividades básicas: apoio à pesquisa e disseminação de conhecimentos e informação.

Apoio à pesquisa

O INEP financiará a pesquisa, basicamente, segundo duas vias: demanda dirigida e demanda espontânea.

Através da *demanda dirigida* o INEP, órgão coordenador das atividades de pesquisa do MEC, solicitará a grupos de pesquisadores reconhecidos por sua produção científica, a pesquisadores individuais e a grupos emergentes, o desenvolvimento de pesquisas sobre temas oriundos de necessidades apontadas pelos organismos coordenadores e executores da política educacional do Estado, ou pelas grandes sínteses efetuadas sob a responsabilidade do próprio INEP para detectar o *estado da arte* nas diferentes áreas da pesquisa educacional. Essas necessidades poderão ser indicadas, também, por iniciativa de associações científicas, instituições e centros de pesquisas. A demanda dirigida poderá ser solicitada tanto a grupos quanto a indivíduos, vinculados ou não institucionalmente.

A via da *demanda espontânea* estará aberta à solicitação dos pesquisadores, individualmente ou em grupo, atendendo assim à evolução da pesquisa e dos próprios pesquisadores, nos diferentes campos da área da educação, tanto os que se acham em estágios mais avançados, quanto os que se situam em fases preliminares da elaboração do conhecimento. O financiamento dos projetos provenientes da demanda espontânea poderá, igualmente, ser destinado a grupos ou indivíduos com ou sem vínculo institucional. Ressalte-se a necessidade de ter presente a preocupação com o excesso de dispersão.

Salienta-se que é importante assegurar recursos de forma significativa para os dois tipos de apoio à pesquisa, garantindo, de modo permanente, uma articulação entre os mes-

mos. A alocação de recursos a ser assegurada a cada uma das formas de demanda deverá ser discutida, por canais próprios, pelo INEP, Comitê Assessor e associações científicas que representam os pesquisadores da área.

Com relação aos dois tipos de financiamento, a seleção dos projetos será feita tomando como critério fundamental de priorização, de um lado, além da clareza de exposição da proposta de pesquisa, sua vinculação aos desafios concretos postos pela sociedade atual. Trata-se de considerar, assim, a relevância social do que se pesquisa, definida num espaço democrático de discussão e negociação. De outro lado, deverá também ser considerada a articulação entre o recorte focalizado pela pesquisa e a totalidade social, numa perspectiva do seu potencial de teorização sobre as concepções e as práticas educacionais.

Considerando-se as diferenças em termos de quadros de pesquisadores existentes no país, há que se ampliar os mecanismos de assessoria, tanto na formulação dos projetos quanto no acompanhamento de sua execução nas regiões que apresentam problemas.

Disseminação de conhecimentos e informações

A disseminação do conhecimento e de informações é uma atividade fundamental do INEP. Nesse campo de atuação compete-lhe:

- garantir a continuidade de suas publicações bem como apoiar outras publicações na área;
- elaborar e disseminar informes sobre a produção científica da área que possam subsidiar decisões no âmbito dos poderes executivo e legislativo;
- elaborar sínteses sobre temáticas que estejam sendo analisadas em diferentes instâncias;
- promover ou apoiar eventos e outras

formas de intercâmbio que possibilitem o aperfeiçoamento dos pesquisadores da área bem com a troca de informações;

- finalmente, deve concentrar esforços para tornar-se um efetivo depositário das informações relevantes na área de pesquisa educacional, especialmente mediante um eficiente e completo cadastro de pesquisa e pesquisadores, banco de teses e boletins informativos.

Formação de pesquisadores e de quadros técnicos

O INEP tem também um compromisso com a formação do pesquisador e deve reforçar esta função precípua da universidade com a organização de núcleos de pesquisa, incentivo a grupos emergentes e promoção de programas de aperfeiçoamento em diferentes regiões do país.

Uma estratégia que se mostrou fecunda é o programa integrado, que viabiliza o intercâmbio entre pesquisadores ou estágios de pesquisadores iniciantes. Entendemos que o INEP deve prestigiar, com muita ênfase, e coordenar esse programa.

Para que o INEP tenha condições efetivas de se constituir, de forma permanente, em órgão coordenador da pesquisa educacional no MEC, função que deve ser inequívoca, é indispensável que conte com uma equipe interna, técnica e cientificamente qualificada para o acompanhamento sistemático e avaliação crítica dos projetos apoiados. A qualificação desta equipe e sua ampliação, através da incorporação de especialistas, são fatores indispensáveis à instalação de um processo orgânico e contínuo do conjunto de ações do INEP.

Recomendações e considerações finais

A natureza de caráter indicativo geral deste documento nos leva a destacar e enfa-

tizar alguns pontos que julgamos fundamentais para que o INEP possa desempenhar o relevante papel que lhe cabe na política educacional em geral e na política de pesquisa em particular.

A Comissão de Avaliação e o Comitê Assessor de Pesquisa, responsáveis por este documento, entendem que as *funções* fundamentais do INEP são e devem ser, cada vez mais, o apoio à pesquisa educacional e a disseminação dos conhecimentos dela resultantes.

Para que o INEP possa garantir estas prioridades que se impõem diante da realidade educacional do país, é urgente e imprescindível que o MEC tome duas decisões, a nível político:

- assegurar ao INEP, institucionalmente, o papel e o espaço efetivo de *coordenador e articulador* da política de pesquisa do Ministério. Esta medida evitará o agravamento da dispersão de recursos e da impossibilidade de acompanhamento, controle e avaliação do que se vem fazendo em pesquisa na área;
- alterar a política de dotação de recursos do MEC em relação ao INEP, tanto quantitativamente quanto à forma de vinculação desses recursos.

Para que sejam, de fato, asseguradas as prioridades de pesquisa e disseminação dos conhecimentos e para que o INEP possa se constituir no órgão coordenador e articulador destas áreas, no âmbito do MEC, estas atividades deverão receber um acréscimo substancial de *recursos vinculados ao orçamento do órgão*, dependendo menos da incerteza de suplementações financeiras.

Considerando a importância e urgência de se tomar decisões adequadas face aos problemas levantados, sugere-se ao MEC que seja constituído um grupo de trabalho, imediatamente e com prazos definidos, para esse fim. É importante que, além de técnicos do

INEP e do MEC, participem, direta ou indiretamente, o Comitê Assessor, consultores e associações científicas da área.

Finalmente, considerando que este documento não define nem prioridades e nem horizontes de tempo para o financiamento à pes-

quisa, disseminação dos conhecimentos, informação e formação de pesquisadores e quadros técnicos, entendemos que estas definições devam resultar de uma formulação articulada entre INEP, Comitê Assessor, associações científicas e comunidade acadêmica.

Relatório da Comissão de Avaliação da Política de Documentação e Informação Educacional do INEP

A Comissão criada pela Portaria nº 50, de 21 de outubro de 1987, do Diretor-Geral do INEP, com o encargo de avaliar a política de editoração e divulgação do INEP e propor medidas para sua revisão, partiu da situação atual desse Instituto, no que se refere a publicações, valorizando os esforços realizados e as tendências percebidas. A proposta e as sugestões apresentadas, por sua vez, estão referidas à realidade institucional do órgão, elaborando perspectivas consideradas realistas e viáveis.

Mais que inovações espetaculares, ou mudanças bruscas no rumo da política editorial, espera-se a consolidação de linhas já esboçadas, com uma condução que assegure continuidade e efetividade às ações iniciadas e, sobretudo, o reforço e valorização da política de recursos humanos — bem qualificados e bem remunerados — começo e fim de toda atividade que se deseja capaz de transformar em profundidade os rumos da educação nacional.

Inicialmente será dado um panorama da situação atual das publicações existentes. A seguir, abordar-se-ão, sucessivamente, os aspectos referente às publicações periódicas, ao apoio e à integração com outras revistas da área. O sistema de coedição complementa esse trabalho, que se encerra apenas com algumas notas sobre a documentação e informação, considerando que esta área está

sendo reestruturada por decisão do atual Diretor-Geral do INEP.

Situação atual das publicações do INEP

O INEP publica regularmente, há mais de 40 anos, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, tendo sido editados 160 números até dezembro de 1987. Esta Revista se configura, no seu conjunto, como depositário mais completo de temas importantes e informações essenciais sobre educação brasileira.

Desde 1954, publica a *Bibliografia Brasileira de Educação*, que se articula, a nível continental, com a Rede Latino-americana de Informação e Documentação em Educação (REDUC), coletando, processando e divulgando as informações relativas aos livros e periódicos publicados na área. Infelizmente a edição desta *Bibliografia* está suspensa há alguns anos e só recentemente o INEP retorna com essa publicação, com três números programados para 1988.

Pretendendo uma publicação mais ágil, criou em 1981 o *Em Aberto*, com o objetivo de colocar em discussão temas atuais, trazendo sempre opiniões divergentes ou confrontando pontos de vista. Esta publicação está em seu sétimo ano de vida, com 38 números publicados. Atualmente tem periodicidade trimestral, sendo impressos 8 mil exemplares. A distri-

bulção é gratuita e a solicitação vem aumentando ano a ano. É utilizado largamente como material didático, nos cursos de graduação e pós-graduação em educação.

Mais recentemente, há cerca de dois anos, foi criado o *Jornal do Professor de 1º Grau*, com uma tiragem básica de 500 mil exemplares e a previsão de oito números por ano (cobrindo os meses letivos). O *Jornal* vem se afirmando como excelente veículo de abordagem de temas básicos para o ensino de 1º grau, numa linguagem séria e acessível e tratamento gráfico moderno.

Também recentemente, o INEP reiniciou a publicação dos documentos gerados em seminários patrocinados pelo órgão, ou assumidos junto ao MEC e organismos internacionais de educação, assim como resultados de pesquisas por ele financiadas, em duas séries designadas, respectivamente, *Encontros e Debates* (2 volumes em 1987 e previstos quatro para 1988) e *Estudos e Pesquisas* (1 volume em 1987 e previstos quatro para 1988).

Ao lado destas séries, esboça-se outra, mais ambiciosa, que pretende editar originais importantes da *Memória da Educação Brasileira*. Esta série está sendo iniciada com as *Memórias de Paschoal Lemme*, o último dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932, antigo professor e técnico de educação do Instituto. Inaugura, ainda, a fase do recém-esboçado programa de condições, como se verá a seguir. Observa-se, complementamente, que a mesma, ao lado das biografias publicadas em decorrência do concurso Prêmio Grandes Educadores Brasileiros, cobre lacuna na historiografia brasileira de educação, subsidiando análises e provocando novas interpretações.

Na área da documentação, o INEP, em colaboração com a REDUC, promove a elaboração de *estados da arte* - levantamentos amplos e sistemáticos sobre temas importantes para o ensino brasileiro. Recentemente

foram publicados três trabalhos, em formato de *cadernos*, a saber: *Educação e Trabalho no Brasil*, *Ensino Supletivo no Brasil* e *O Livro Didático no Brasil*.

No mesmo espírito, desde 1982 tem apoiado a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) na feitura dos volumes *Teses em Educação* (2 mil exemplares), catálogos contendo todas as informações das teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas nos cursos de pós-graduação da área. O volume correspondente a 1987, com 257 resumos, está sendo lançado efetivamente em coedição ANPEd/INEP.

Pelo exposto, pode-se afirmar que o INEP tem uma política editorial razoavelmente bem esboçada, pelo menos no que diz respeito aos periódicos e às séries. Observa-se, todavia, que a regularidade dos primeiros frequentemente se vê comprometida pelo reduzido número de funcionários que deles se encarregam, sendo alguns estagiários, remunerados bastante aquém de sua capacidade e dedicação, e pela irregularidade das verbas previstas.

O ponto mais frágil, no entanto, localiza-se na distribuição. Apenas o *Em Aberto* (8 mil exemplares) e o *Jornal do Professor de 1º Grau* (500 mil, dos quais chegam aos destinatários efetivamente 350 mil), ambos gratuitos, têm tido aceitação mais ampla. Da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* imprimem-se 3 mil exemplares, para atender 500 assinantes e distribuir outros 1.000 às bibliotecas das faculdades de educação e dos cursos de pós-graduação.

O restante da vendagem das revistas, das séries e de publicações avulsas é feita exclusivamente na sede do INEP, a preços bastante reduzidos. Não têm surtido efeito os contratos de venda através de distribuidores ou livreiros, mesmo no caso da *Revista*.

Três aspectos merecem ser ressaltados

ainda. Em primeiro lugar, constância, às vezes heróica, de manter vivos sobretudo os periódicos e, em 1987, o esforço de publicar o maior número de obras prontas. Em segundo, a persistência do antigo Comitê da Revista, nele incluídos os editores da mesma e o pessoal técnico que os apóia, os quais têm procurado não só recuperar o lugar dessa *Revista* na bibliografia brasileira, como dar-lhe feição gráfica mais atual e apresentação mais leve. Em terceiro, a transformação deste Comitê, agregando inclusive membros ainda em exercício de outros Comitês, no Comitê Editorial do INEP, ao final do ano passado.

Salienta-se, ainda, a decisão de dar à biblioteca do INEP o lugar que ela sempre deveria ter ocupado no Ministério. Espera-se que a adequação do espaço venha a ser seguida pela efetiva implantação das medidas que garantam a programação do Sistema SIBE/CIBEC/REDUC.

Avaliação e propostas

1. Publicações periódicas

Os antigos comitês foram solicitados a proceder avaliação de cada uma das publicações sob sua responsabilidade (*Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Em Aberto e Jornal do Professor*), no que diz respeito a seu conteúdo e forma.

A própria Diretoria de Documentação e Informação do INEP ficou encarregada de complementar esta avaliação, nos aspectos relativos à distribuição, possivelmente através de pesquisa de mercado (tipo IVC – Instituto de Verificação de Circulação) contratada, com o objetivo de verificar até onde chegam essas publicações, quantos exemplares chegam, quem os lê e como são aproveitados.

A primeira linha está em franco processo, visando, especialmente, a programação futura de cada publicação, no próprio âmbito do

Comitê Editorial, cuja primeira reunião decorreu nos primeiros dias de março do corrente ano. A existência de um comitê único permitiu que se revissem também eventuais superposições e mesmo possível “competição” entre as publicações. Em especial, decidiu-se insistir no esforço de retomar para a *Revista* sua vocação de abordar grandes temas educacionais e discutir seus problemas mais importantes e atuais. Isto não significa que a *Revista* deixará de divulgar os resultados das pesquisas realizadas, sobretudo aquelas apoiadas financeiramente pelo próprio INEP.

Esta avaliação e as novas linhas de programação dela decorrentes só poderão ser completadas à luz dos resultados das pesquisas solicitadas. Sua realização, todavia, ainda depende de decisões a serem tomadas em outros níveis.

2. Apoio a outras revistas da área

Devido à urgência das providências necessárias a esta avaliação, decidiu-se consultar as instituições que lideraram os dois Encontros Brasileiros de Revistas de Educação, realizados anteriormente.

Os representantes da *Revista da ANDE, Educação & Sociedade* (do CEDES) e dos *Cadernos de Pesquisa* (da Fundação Carlos Chagas) reuniram-se em São Paulo (dezembro de 1987), decidindo:

a) efetivar a implantação do Grupo de Apoio a Periódicos, conforme previsto nas conclusões do II Encontro de Revistas, responsabilizando este grupo pela atualização da proposta acertada naquele Encontro e por encaminhá-la às agências financiadoras de publicações na área, através do INEP;

b) sugerir critérios para a alocação de verba ainda referente ao ano de 1987, recomendando a integração do INEP, em futuro próximo, ao *pool* de agências financiadoras.

Com base nos debates e documentos realizados nos encontros específicos, esses

responsáveis sugeriram os seguintes critérios para a seleção das revistas a serem apoiadas:

a) que configurem um leque amplo das publicações existentes, abrangendo publicações de cunho acadêmico e de divulgação, de entidades e de universidades, assim como de diversas regiões;

b) que, preferentemente, abordem temáticas amplas dentro da área, deixando-se para uma outra oportunidade as publicações especializadas destinadas a públicos mais restritos;

c) que tenham circulação em todo o país;

d) que tenham mantido uma periodicidade razoável nos últimos anos.

O grupo consultado recomendou, ainda, que o financiamento não fosse vinculado a gastos específicos, devido à situação diversa e à sistemática própria de cada revista.

Com base nos critérios citados e nos recursos disponíveis, o INEP destinou Cz\$3.600 mil, a preço de dezembro de 1987, para nove revistas elencadas, divididos em parcelas iguais. Acatando ainda a recomendação do grupo consultado, solicitou apenas que as revistas apoiadas se empenhassem a divulgação e insistissem mesmo na elaboração de bons artigos derivados de relatórios de pesquisas, teses e dissertações.

Ano a ano, tanto o montante de recursos deverá ser atualizado quanto os compromissos decorrentes desse apoio financeiro precisarão ser melhor estudados, a partir das contribuições do grupo formado. Equacionar também o caso das revistas típicas de divulgação é outra tarefa que deverá ser realizada oportunamente.

Deverá ser melhor estudada, ainda, a integração dessas revistas com os periódicos do INEP, em particular no que diz respeito à divulgação de referências, comentários e críti-

cas às pesquisas em realização e às teses de dissertações produzidas.

3. Sistema de coedições

Considerando a pequena atuação do INEP neste sistema, a Comissão valeu-se da experiência de outros órgãos, em especial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em primeiro lugar, definiram-se os *objetivos de coedição*. A implantação de um sistema de coedição com editoras particulares teria os seguintes objetivos (e vantagens):

a) viabilizar a edição de textos que, embora admitidos como de relevância para a compreensão e o desenvolvimento do processo educacional brasileiro, possam ser considerados de reduzida demanda de mercado, situação esta em que as editoras particulares estariam desmotivadas para uma publicação isolada dos mesmos;

b) possibilitar o mais fácil acesso dos leitores em potencial aos títulos publicados, utilizando-se, para tanto, além das bibliotecas e dos eventos na área (a cargo do INEP), de canais competentes que exijam uma estrutura de distribuição adequada, como é o caso dos pontos de venda e serviços de reembolso postal e mala direta (a cargo das editoras);

c) divulgar a edição, com a circulação de *releases* e folhetos; assegurar ao autor os seus direitos, por meio de contrato de edição com as editoras, e promover discussões com a publicação, em jornais e revistas especializadas, de resenhas e, sobretudo, de apreciações críticas sobre a obra; e

d) poupar o INEP da manutenção de uma estrutura específica destinada a administrar diretamente todo o processo de editoração.

A seguir, fixou-se o *processo de demanda*, podendo este se desdobrar em pelos menos três categorias:

a) induzida – o INEP negocia diretamente com editores a publicação de um texto do qual é detentor e/ou conhecedor;

b) espontânea – as editoras tomam a iniciativa de propor a coedição;

c) competitiva – o INEP, interessado na publicação de textos relativos a um ou mais temas específicos, abre concorrência, por meio de edital.

Após isso, visando inclusive priorizar o atendimento a essa demanda, estudou-se a quais fontes recorreria o INEP para a implementação do sistema, prevendo-se:

a) a reedição de textos clássicos;

b) a utilização de textos em estoque no próprio INEP;

c) a coleta de textos com pesquisadores;

d) o aproveitamento de dissertações e teses (devidamente editadas);

e) a promoção de concursos, sobretudo sobre temas pouco explorados;

f) o atendimento a propostas de editoras;

g) o incentivo a temas pouco estudados ou edição de obras importantes para a história da educação brasileira;

h) a preparação de *readings* por disciplina (economia da educação, psicologia da educação, metodologia do ensino, planejamento da educação etc.), devendo ficar a cargo do INEP o investimento inicial de suporte aos coordenadores/autores.

Em terceiro lugar, detalharam-se os aspectos relativos à *operacionalização do sistema*. Definidos os objetivos e priorizadas as demandas referidas acima, o processo de apresentação e decisão dos projetos ocorreria nas etapas a seguir:

a) para quaisquer das categorias de demanda utilizadas, o processo teria início com a apresentação, de parte da editora particular,

de uma proposta contendo basicamente o seguinte:

- justificativa da proposta,
- perfil do leitor,
- cópias do original,
- *curriculum* do autor,
- orçamento total da edição (custos editoriais e gráficos),
- declaração do autor autorizando a editora,
- depósito de uma taxa correspondente ao valor do pró-labore a ser pago pelo INEP ao(s) consultor(es);

b) o INEP escolheria um consultor para a emissão de parecer circunstanciado sobre o conteúdo, mérito e oportunidade de publicação do texto em julgamento;

c) um membro do Comitê seria solicitado para examinar o mesmo parecer, quando procuraria enfatizar a adequação do texto à orientação do programa;

d) O Comitê Editorial do INEP apreciaria a proposta, levando em conta o conjunto das propostas em pauta, tendo em vista sobretudo a qualidade dos textos em confronto, como também a disponibilidade financeira; e

e) caso aprovada, o INEP firmaria com a editora um contrato de coedição, onde o direito e deveres das partes (INEP, editora e autor) estariam explicitamente estabelecidos, como, por exemplo:

- o INEP participaria com até 50% dos custos totais,
- o INEP teria direito a até 30% da tiragem para distribuição institucional e venda em eventos da área,
- à editora caberia a comercialização exclusiva pelas formas tradicionais de venda (com preço de capa abaixo do mercado),
- os direitos autorais incidiriam sobre a tiragem comercializável da obra,
- a editora enviaria exemplares de promoção a críticos, jornalistas e professores e se encarregaria da divulgação da obra em folhetos e catálogos.

Observa-se finalmente, ainda quanto às condições, a importância de se cuidar, desde o início:

- a) da formação de coleções temáticas;
- b) da definição do montante de recursos financeiros e do levantamento de outras fontes que possam vir a complementar o orçamento do sistema;
- c) da montagem de um cadastro (em máquina) o mais completo e atualizado possível de usuários institucionais em potencial (bibliotecas gerais e setoriais, cursos de pós-graduação, centros de pesquisas, órgãos públicos da área, associações, etc.).

A Comissão considera importante, outrossim, observar:

a) que o programa editorial do INEP, particularmente no que se refere à coedição de livros, deve estar contido no âmbito de uma ação de fomento, já que não seria tarefa precípua do mesmo esse tipo de edição. Editar é também uma atividade comercial e uma atribuição da empresa com a qual o INEP estaria se associando para promover e ressaltar o seu lado intelectual e garantir o livro como um instrumento de cultura e de desenvolvimento científico;

b) que o Comitê Editorial recém-criado pode encarregar-se da apreciação dos pedidos e propostas, eventualmente valendo-se de pareceres *ad hoc*. Mas recomenda seja reforçado o grupo responsável pela tradução, editoração e revisão de textos, assim como pela secretaria do referido Comitê e contato com os autores. Além do aumento provável do número de funcionários, é imprescindível elevar os atuais níveis de remuneração dos mesmos.

Documentação e Informação

A fixação de uma sólida política editorial supõe a existência de infra-estrutura de apoio

documental e bibliográfico capaz de abastecer e alimentar a continuidade das ações propostas.

Assim, a Comissão entende como bastante saudáveis as medidas adotadas de revalorizar a guarda e conservação do acervo documental, sobretudo as que visaram garantir à biblioteca o espaço físico nobre que merecia. Espera-se que estes cuidados permaneçam constantes na imperiosa necessidade de se manter uma política de aquisições e de recuperação do acervo, negligenciada nos últimos anos.

A decisão já adotada pela atual Direção do INEP, de buscar um tratamento conjunto da linha de atuação do Órgão quando à documentação e informação, através da compatibilização dos sistemas SIBE/CIBEC e REDUC parece correta. As medidas em andamento, neste ponto, deveriam ser complementadas por outras que certamente aprimorariam a política traçada, como sejam:

a) transformação do CIBEC em centro de custos, com autonomia que a própria prestação das decisões exige;

b) criação de comitê de técnicos e especialistas para cuidar da política de seleção e aquisições do sistema SIBE/CIBEC;

c) manutenção e ampliação das unidades vinculadas ao sistema SIBE/CIBEC, com especial reforço ao CIBEC como unidade central de coordenação e de alimentação da rede, desde Brasília;

d) reformulação da *Bibliografia Brasileira de Educação* (BBE) a partir da atualização do acervo e do complemento e outros instrumentos de apoio, como o *Thesaurus*, por exemplo;

e) manutenção e ampliação do atual Banco de Teses, já em execução com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com a possível criação de um Banco de Pesquisas, nos mesmos moldes do Banco de Teses;

f) apoio a seminários, estudos e propostas que prossigam o esforço que se faz, em vários países, no sentido de transformar a pesquisa e o conhecimento educacional em ins-

trumentos capazes de subsidiar decisões que atendam à natureza dos graves problemas com que se defrontam os administradores do sistema educacional.

De acordo com o calendário estabelecido, o INEP recebeu ao final de setembro, para seleção, 122 projetos de pesquisas e eventos. Após a pré-seleção, feita pelos técnicos do Instituto, foram encaminhados para parecer e análise do Comitê, 73 projetos de pesquisa e 12 de eventos, além de 7 pedidos de complementação de recursos para projetos em desenvolvimento e uma solicitação de apoio financeiro. Destes, foram aprovados respectivamente 23 projetos de pesquisa, no valor de Cz\$78.061.804,00, cobrindo as áreas de Educação pré-escolar (1), Ensino de 1º grau (6), Livro didático (2), Ensino de 2º grau (3), Educação e trabalho (1), Educação de adultos (3), Diagnóstico de sistema educacional (1), Educação indígena (1), Tecnologia de ensino (1), Mulher e educação (1), Educação e sociedade (3).

A região Nordeste foi a mais beneficiada em número de projetos aprovados (8), seguida do Sudeste e Sul (7 cada); o Norte apresentou apenas um projeto (institucional) aprovado (Diagnóstico) e o Centro-Oeste foi o que encaminhou menor número de projetos (3), não tendo nenhum aprovado.

Quanto aos eventos, foram aprovadas 5 solicitações relativas a: encontros de 1º, 2º e 3º graus, sobre Mulher e Educação e sobre Educação e Sociedade, no valor global de Cz\$15.034.806,00. As complementações, por sua vez, foram concedidas no valor de 25% do montante inicial do projeto, totalizando Cz\$4.143.611,00. Foi atendida também solicitação de Cz\$4,5 milhões da ANPED, destinados pelo INEP ao Programa Integrado "Educação e Sociedade", com vistas à elaboração de programas de ação para a área.

Revelou-se mais uma vez a sobrecarga dos técnicos do INEP e as dificuldades do Comitê contar com todos os seus membros, durante os dias de reunião. E mais uma vez apontou-se que a razão mais forte da rejeição de projetos de pesquisa decorre da fragilidade teórico-metodológica dos mesmos — o que justificaria atenção especial do INEP e da comunidade científica.

Tendo recebido suplementação de verbas ao final do ano, o INEP realizou mais uma seleção de projetos de pesquisa, desta vez de *demanda dirigida*. Edital divulgado em 21 de novembro, através do *Diário Oficial da União* vinculou essa modalidade aos desafios postos pela sociedade brasileira e a impactos produzidos pela velocidade das mudanças científicas e tecnológicas. E a propôs como estímulo a pesquisadores, individualmente ou em grupo, com ou sem vínculo institucional, que aceitassem concorrer a dotações específicas para o desenvolvimento de pesquisas que possibilitassem avanços teórico-metodológicos, consolidação de experiências alternativas e formulação de política educacional. Foram considerados temas prioritários: 1. Alfabetização; 2. Formação de professores; 3. Concepção e fundamentos do currículo; 4. Uso de tecnologias alternativas para a formação do professor; 5. Impacto de novas tecnologias na formação profissional; 6. Educação superior e transformação na sociedade brasileira; 7. Avaliação dos diferentes níveis de ensino e 8. Propostas inovadoras em educação.

Apesar da exiguidade do tempo e das dificuldades de divulgação do edital, o INEP recebeu 37 projetos, 11 dos quais aprovados pelo Comitê de Pesquisa, em reunião extraordinária dos dias 21 e 22 de dezembro, no valor total de Cz\$98.990.462,00.

Novamente os projetos não revelaram criatividade na formulação dos problemas de pesquisa, bem como no desenvolvimento da discussão teórico-metodológica. Na verdade, a *demanda dirigida* reduziu-se à outra oportunidade de *demanda espontânea*. Este fato exigirá análise mais aprofundada, prevista para ser realizada na reunião do Comitê que deverá ocorrer ao final de fevereiro de 1989.

ESPAÇO ANPEd

Autonomia de pensamento: o legado de Durmeval Trigueiro Mendes

Clarice Nunes - PUC/RJ

Em novembro do corrente ano, a Universidade Federal do Rio de Janeiro prestou uma homenagem póstuma a Durmeval Trigueiro Mendes, outorgando-lhe o título de "Professor Emérito" post-mortem. Na ocasião, a Faculdade de Educação organizou um "Encontro sobre o Pensamento de Durmeval Trigueiro" durante o qual professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação em Educação nos quais Durmeval Trigueiro havia trabalhado discutiram as idéias fundamentais do saudoso educador. O texto que se segue foi apresentado por Clarice Nunes, da PUC/RJ, por ocasião do referido encontro. Ao publicá-lo, a ANPEd quer prestar uma homenagem a Durmeval Trigueiro, no transcurso do primeiro aniversário de seu falecimento.

Conhecer Durmeval e tê-lo como professor, companheiro de trabalho e amigo foi um privilégio que desfrutei desde 1975, quando o conheci no curso de pós-graduação do IESAE da Fundação Getúlio Vargas.

Ao vê-lo e ouvi-lo pela primeira vez, ainda esse ano, como professor de Filosofia da Educação Brasileira, surpreendi-me com suas contundentes críticas à gestão da Universidade, com o vigor de seu pensamento que me sacudia, assim como a toda geração da qual faço parte: a geração AI 5.

Travava, a partir daquele momento, contato com uma vocação intelectual que percebia a pós-graduação em educação enquanto compromisso com a prática da produção científica, um estímulo à investigação nova e criativa e uma responsabilidade assumida com o pensamento educacional brasileiro e o processo de democratização da nossa sociedade e da nossa escola.

Não foi fácil meu convívio com Durmeval. Explico-me.

Minha incipiente formação pedagógica, esvaziada de conteúdos substantivos, enfrentava uma densidade de reflexão que me obrigava a esforços de disciplina e estudos intensivos e crescentes. O pensamento de Durmeval me impelia a uma busca na qual me encontro até hoje: abrir-me à realidade brasileira, aos seus limites e às suas possibilidades, enfrentando a educação como um desafio político, lacerado pela conjuntura na qual está mergulhada.

A exigência de Durmeval me incentivou a trabalhar arduamente na minha dissertação de mestrado. Como meu orientador foi crítico severo e, ao mesmo tempo, de uma tolerância admirável, ao me permitir vôos e tateios que grande significação tiveram no meu processo de aprender a pesquisar, de aprender a viajar por outros pensamentos, construindo meu próprio ponto de referência, errando e, frutiferamente, avançando dentro e além do movimento de expansão da minha própria personalidade. Durmeval foi paciente com a minha teimosia e me mostrou, de uma maneira delicada, como só ele sabia fazer, as minhas deficiências. Quantos livros me emprestou! Quantas leituras atentas e indicações minuciosas fez dos meus ensaios, ainda cambaleantes, de mestranda fascinada com a possibilidade de crescer intelectualmente.

Lembro-me que agradei a Durmeval, na defesa da minha tese, a autonomia com que ele havia me permitido viver o processo de elaboração da dissertação e defender posições e idéias algumas vezes contrárias às suas. Sua generosidade me mostrava que só há dignidade pessoal e intelectual quando

combatemos o sectarismo e procuramos não a erudição, mas um “saber orgânico”, que apreenda e explique a realidade histórica em suas contradições e em seu movimento real.

Hoje percebo que Durmeval me proporcionou mais do que pretendia ou imaginava. Como professor ele me ensinou que a liberdade de pensamento não é pensar o que aprouver, mas pensar numa certa direção, com determinadas finalidades, o que viabiliza a discussão, isto é, a troca de experiências, o exame dos vários aspectos de determinado problema, a chance de desenvolver a capacidade de entender as dificuldades dos outros e agir sobre elas.

Nesta relação pedagógica, na qual Durmeval não se impunha, mas se colocava como ponte entre a minha experiência vivida e o diálogo que eu buscava construir com o conhecimento produzido e em elaboração, ele foi mais que professor. Foi educador, prendendo-se ao vértice da filosofia, da ciência e da arte. Nele fundiam-se estas múltiplas perspectivas que acolheram as minhas dúvidas e me mobilizaram como sujeito da minha própria trajetória.

Durmeval, como artesão do saber, infundiu no meu pensamento suas marcas, marcas construídas na práxis da aula, do seminário, do texto, da pesquisa. Revelou-me a sua experiência, a sua cultura, a sua compreensão de que a ação só é eficaz quando muda a consciência – a própria e a dos outros. Com um toque firme e comedido empurrou-me para o mundo, fazendo com que eu aprendesse a me mover, nele, com uma consciência maior das suas significações, dos seus impedimentos e, sobretudo, das suas possibilidades. Revelou-me, na medida do possível, as desilusões do estadista, a esperança do filósofo e cientista, a coragem do pesquisador e do cidadão.

Aos poucos, e de uma maneira sutil, já era meu amigo. Relembrar essa amizade, neste momento, é de alguma forma pensar essa

experiência, tentar decifrá-la e decifrar-me nela.

A ausência de Durmeval, hoje, permite que eu reavalie momentos, aparentemente tão corriqueiros do nosso convívio, na sala de aula, nos corredores, nos encontros casuais pela rua, nas visitas familiares. Certos momentos foram carregados de emoção, como quando ele me esboçou a imagem da consciência como horizonte aberto, ou quando, chorando, demonstrou-me a dor e o cansaço que a fragilidade da sua saúde lhe ocasionava; o desalento de, paradoxalmente, enquanto pensamento que buscava uma expressão autônoma encontrar-se, de certa forma, dependente dos remédios, dos cuidados médicos e familiares.

Depositava, então, nas minhas mãos a aspereza da vida, pois de asperezas a vida é feita, e o sentimento do mundo, um mundo que, em certo sentido, o ofendeu e o humilhou, mas que ele venceu como batalhador incansável. Não um herói, mas um sobrevivente. Às vezes me chamava de Clara guerrreira e ria com muita graça. Às vezes me surpreendia com talentos impensados. Como desenhava e pintava bem à guache! Nunca me faltou com o apoio nas horas difíceis. Sua vida constituiu para mim um exemplo de luta contra a mediocridade, a violência e o desrespeito ao ser humano.

Como dizia Guimarães Rosa, “as pessoas não morrem, ficam encantadas”. Neste meu exercício de desencantar Durmeval eu o reencontro na minha sala de aula, quando discuto com os estudantes da graduação os problemas da educação brasileira, no meu projeto de dissertação de doutorado, quando discuto a constituição da hegemonia dos intelectuais nos anos vinte e trinta, na roda de amigos quando falamos dele com carinho e afeto.

Gostaria de ressaltar a contribuição de Durmeval na elaboração de um pensamento educacional brasileiro que teoriza sobre a

prática, que se oferece aos dilacerantes problemas, movimentos e alternativas educacionais existentes em nossa sociedade.

Neste sentido, caminho nas clareiras abertas por Durmeval quando afirma que o Estado não quer, nem nunca quis, resolver o problema educacional brasileiro, a despeito da retórica. Quando expõe que a educação do povo, ou é um gesto romântico, ou é uma política realista e, enquanto tal, precisa alcançar níveis de generalidade e de qualidade que a transformem num efetivo instrumento de promoção sócio-econômica, política e cultural. Quando denuncia o desvio tecnocrático do Estado ao opor a idéia de eficiência à de participação. Quando defende a concepção de que a educação é um projeto simultaneamente político e filosófico, cujo entendimento não cabe exclusivamente no âmbito da racionalidade científica. Quando enxerga que a eficácia teórica de que se reveste a ciência é condição indispensável para uma política da educação, mas insuficiente até que a ciência venha explodir na decisão política.

A minha paixão pela investigação histórica, cultivada na experiência docente e na pesquisa muito deve a questões levantadas no debate mantido com Durmeval: o que são, exatamente, a sociedade e a educação brasileira de nossos dias? em que aspecto nossa sociedade e educação se distinguem daquelas de há trinta, quarenta anos atrás?

Durmeval me mostrou o valor das análises substanciosas e coerentes que revisem os conceitos tradicionais da educação brasileira com o apoio de fontes pertinentes e, sobretudo, com o intuito de desmistificar o pedagogismo e o legalismo desfocados dos problemas centrais do sistema educacional. Alertou-me também, contra o risco de utilizar quaisquer categorias do pensamento, seja dialético, funcionalista, estruturalista (ou outros) afastadas da situação brasileira. Ainda, esclareceu-me quanto ao efeito complicador que

apresenta o projeto individual institucional (de um educador, de um filósofo ou de um cientista) e os projetos do governo que, por hipótese, convergiriam num projeto nacional.

Do ponto de vista do ensino, Durmeval sempre lembrou que a autonomia do pensamento se constrói através da luta contra a alienação da Universidade, que se manifesta, entre outras coisas, pelo seu desinteresse e inconsciência em face da educação como processo social global, em que ela própria está inserida como uma das instâncias mais decisivas e, na qual, a criação do educador está sinalizada por um ritmo denso, que alcança a experiência, entendida não como questão de tempo, mas como ângulo correto dentro do qual situamos a inteligência e a ação.

Do ponto de vista da pesquisa, Durmeval apregoou sua vitalidade em contato com a práxis educacional, advertindo-me para o fato de que, nela, a teoria, separada dos fatos, representa um sutil modelo de dependência e alienação.

Na sua experiência de professor e pesquisador, Durmeval convidou-me a morder o real, e não rejeitar a própria experiência, a visualizar a liberdade brotando de uma energia que a constrói, recortando-a num espaço social e historicamente situado, a compreender que a pedagogia só tem especificidade própria como método de coordenar e aplicar saberes que a transcendem.

Neste exercício de reler Durmeval e de ouvir novamente sua voz eu o reencontro em todo olhar que indaga pensativo. Eu o presinto com aquela expressão muito peculiar e o seu jeito próprio de apoiar o queixo sobre as mãos. Eu o redescubro no abraço caloroso da amizade, na fala pausada, no meio sorriso, na crise real (e fecunda) dos que são inquietos, sós e comprometidos com o seu tempo.

Eu revejo o rosto iluminado do meu amigo. Eu o sinto pleno de vida, longe do medo ou da

morte. Percebo, então, que ele esteve desperto enquanto eu dormia. Estendo-lhe as mãos e ele me aponta atrás da noite sua estrela escondida. Caminhamos juntos e juntos procuramos uma verdade que nos ultrapassa. Abandonamos sentimentos confortáveis e seguimos acreditando que maior do que a certeza de qualquer resposta é a possibilidade de levar a pergunta ao seu nível mais agudo. Ao partilhar este momento precioso agarramos, num segundo fugidio, o que sempre nos escapa: o mistério da amizade e colhemos, com delicada alegria, o seu fruto maduro e saboroso. Em paz e em silêncio!

Bibliografia

Mendes, Durmeval Trigueiro. "Existe uma filosofia da educação brasileira?"

In: *Filosofia da Educação Brasileira*, RJ, Civilização Brasileira, 1983.

———, *Anotações sobre o pensamento educacional no Brasil*. RJ, PUC, 1986, 7p.

———, "Subsídios para a concepção do educador" In: UFP. *Concepção do educador e da universidade*. João Pessoa, 1988, pp. 9-20.

Cadernos ANPEd

Durante o ano de 1982, a ANPEd publicou alguns *Cadernos*, contendo os trabalhos apresentados em seminários sobre educação rural, por ela organizados. Agora, a ANPEd está relançando este tipo de publicação, em nova fase. Três números estão em preparação. O primeiro, organizado pelo GT Educação da criança de 0 a 6 anos, conterà os trabalhos apresentados por Maria Malta Campos, Beatriz Azevedo, José Carlos de Araújo Melchior, Carmen Maria Craidy, Sônia Kramer e Fúlvia Rosemberg, por ocasião do Seminário sobre Financiamento de Políticas Públicas para Crianças de 0 a 6 Anos, realizado na Fundação Carlos Chagas, em outubro de 1987, com o apoio do CNPq e do Ministério de Previdência e Assistência Social. O segundo, organizado pelo GT de História da Educação, publicará os trabalhos apresentados por Marta Maria Chagas de Carvalho, Ester Buffá, Guacira Lopes Louro e José Silverio Baia Horta, por ocasião da V CBE. O tema geral será o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases, analisado à luz da questão do nacional e do regional na história da educação brasileira. O terceiro número será dedicado à Educação Popular e está sendo organizado pelo CEDI, a partir dos trabalhos apresentados em mesas redondas e dos debates realizados pelo GT de Educação Popular, durante a última reunião da ANPEd, em Porto Alegre. O caderno conterà entre outros trabalhos de Celso Beisiegel, Célia Pezzolo de Carvalho, Sérgio Haddad e Nilton Fischer.

A ANPEd pretende lançar e colocar à venda estas publicações em maio deste ano, por ocasião de sua próxima Reunião Anual.

INFORME ANPED

Prêmio "Durmeval Trigueiro Mendes"

Regulamento

Art. 1º O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - ANPEd, concederão, a cada dois anos, o Prêmio "Durmeval Trigueiro Mendes", como incentivo à produção científica sobre temas educacionais, produzidos por brasileiros no Brasil e no exterior.

Art. 2º O Prêmio DTM será concedido nas seguintes categorias:

- a - tese de doutorado e outras
- b - dissertação de mestrado
- c - relatório de pesquisa

Parágrafo único. Os relatórios de pesquisa deverão constituir-se em contribuições significativas e originais, apresentadas de preferência nas formas de ensaios ou monografias.

Art. 3º O Prêmio DTM concederá diploma e recompensa em dinheiro a cada um dos contemplados nas diferentes categorias.

§ 1º As recompensas em dinheiro consistirão em valores significativos, respectivamente para teses, dissertações e relatórios de pesquisa, e serão fixados pelo Diretor Geral do INEP, ouvida a Diretoria da ANPEd, para cada premiação.*

§ 2º A critério da Comissão Julgadora, o Prêmio DTM poderá ser concedido a mais de um, ou não ser concedido a nenhum dos concorrentes.

§ 3º Na hipótese de mais de um premiado em cada categoria, a recompensa monetária

respectiva será dividida entre os contemplados.

§ 4º A CJ poderá, também, conceder menções honrosas, em qualquer das categorias, a trabalhos não premiados mas de evidentes méritos.

§ 5º A CJ, obrigatoriamente, emitirá os seus pareceres por escrito.

Art. 4º A CJ será constituída, em conjunto, pelo INEP e pela ANPEd, reunindo pelo menos 5 (cinco) especialistas de notório saber e experiência no setor educacional, não concorrentes ao Prêmio.

§ 1º A CJ será presidida por integrante do Comitê Editorial do INEP, indicado pelo seu Plenário.

§ 2º Os demais membros da CJ serão indicados, dois pela direção-geral do INEP e dois pela diretoria da ANPEd.

§ 3º A partir da segunda premiação, a CJ compreenderá entre os seus integrantes um dos contemplados em anos anteriores, além de dois dos componentes da CJ que a precedeu, salvo impedimentos.

§ 4º A CJ definirá os procedimentos internos de seu funcionamento.

§ 5º As decisões da CJ são irrecorríveis e tomadas por maioria de votos de seus membros.

Art. 5º As inscrições serão requeridas pelo autor, ou por terceiros, com sua anuência em cada trabalho, identificando-se e juntando 3 (três) cópias do mesmo.

* Haviam sido previstas 200 OTN para teses, 150 para dissertações e 100 para relatórios de pesquisa, no mínimo. A supressão das OTN, de um lado, e a inflação de outro, não permitem fixar com antecedência outros valores.

§ 1º Somente serão aceitos trabalhos concluídos ou publicados a partir da data final das inscrições do Prêmio anterior, salvo por ocasião de sua primeira concessão, quando somente poderão ser premiados trabalhos concluídos a partir de 1984.

§ 2º Os trabalhos não serão devolvidos.

Art. 6º Os trabalhos premiados e ainda não publicados, inclusive os com menção honrosa, serão automaticamente encaminhados ao Comitê Editorial do INEP, com os respectivos pareceres da CJ, para decisão quanto à forma de sua publicação pelo INEP.

Parágrafo único. Os premiados cedem os respectivos direitos autorais ao INEP, para primeira publicação dos textos, quando for o caso.

Art. 7º O INEP proverá os recursos necessários às recompensas em dinheiro, prevista no art. 3º, § 1º e os serviços de apoio ao funcionamento da CJ e se encarregará do recebimento das inscrições.

Parágrafo único. A ANPEd se encarregará da divulgação do Prêmio e se empenhará na obtenção de patrocínios financeiros e outros, inclusive em acréscimo aos recursos previstos no "caput" deste artigo.

Art. 8º O INEP e a ANPEd estabelecerão e divulgarão, em conjunto, o calendário do Prêmio DTM para cada premiação subsequente.

§ 1º O Prêmio DTM será entregue por ocasião das reuniões anuais da ANPEd.

§ 2º Só serão divulgados os nomes dos trabalhos premiados e seus autores.

Art. 9º Não poderão concorrer ao Prêmio DTM os membros da diretoria, os técnicos e os funcionários do INEP ou os membros do seu Comitê Editorial, nem os dirigentes da ANPEd.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Editorial do INEP, ouvido, quando necessário, o seu Comitê de Pesquisa.

XII Reunião Anual da ANPEd

A ANPEd realizará sua XII Reunião Anual em São Paulo, na Faculdade de Educação da USP, no período de 8 a 12 de maio de 1989. Os temas centrais serão: *Diretrizes e bases da educação: propostas específicas e pós-graduação em educação: problemas básicos e perspectivas.*

DINÂMICA

A XII Reunião Anual está organizada em torno de sete atividades:

1. **Sessão de abertura**, com a presença de reitores e autoridades. Apresentação, pela Presidência da entidade, de relato sobre a atuação da ANPEd nos últimos anos e suas perspectivas de ação em futuro próximo.

2. **Reunião de Coordenadores** de Programas de Pós-Graduação em Educação e de Grupos de Trabalho, para discutir o programa de ação da área, avaliar o processo de constituição e o papel dos comitês junto às agências oficiais (CAPES, CNPq, INEP e FINEP), analisar a crise do CNPq e estabelecer as bases do Programa de Intercâmbio para o próximo período.

3. **Mesas-redondas**, abordando aspectos específicos do tema *Pós-Graduação em educação: problemas básicos e perspectivas*:

– papel primordial da pesquisa na pós-graduação e redefinição da estrutura curricular dos cursos;

– seleção de candidatos, orientação de te-

ses e dissertações e expectativas quanto às mesmas;

- política de financiamento e apoio institucional à pós-graduação;
- reformulação e expansão dos mestrados e doutorados; linhas comuns e formas novas de organização; o lugar da especialização.

Uma comissão se encarregará de reunir os pontos que encaminharemos decisões e estratégias sobre os cursos de pós-graduação em documento que será discutido e aprovado na Assembléia Geral.

4. Reuniões de Grupos de Trabalho: focalizarão aspectos específicos do tema *Diretrizes e bases da educação; propostas específicas*. Espera-se prioritariamente dos GTs a retomada da discussão das bases e do encaminhamento de sugestões de diretrizes da LDB e do Plano Nacional de Educação. Os aspectos mais importantes serão reunidos; por outra comissão, num segundo documento, também ele a ser submetido à Assembléia Geral.

5. Sessões de troca de experiências, propostas pelos grupos interessados em discutir atividades desenvolvidas pelos Programas de forma inovadora (p. ex.: seleção de candidatos; orientação e elaboração de teses, inclusive em grupo; reestruturação curricular, superando as áreas de concentração; supressão das disciplinas de metodologia de pesquisa etc.). Aguardam-se indicações dos Programas que realizaram essas experiências e manifestação quanto ao interesse de apresentá-las e discutí-las na XII Reunião Anual.

6. Reuniões especiais, reunindo grupos e/ou representantes de entidades com o objetivo de examinar assuntos específicos. Devem ser solicitadas diretamente à Diretoria da ANPEd. Estão previstas:

- Formação do Educador
- 5º Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sudeste

7. Assembléias gerais:

- para inscrição dos candidatos à nova Diretoria e apresentação de programa para a próxima gestão;
- para discussão e aprovação dos documentos conclusivos sobre os temas e moções, assim como as decisões concernentes à Associação.

PARTICIPANTES

Programas de pós-graduação em educação, através de seus coordenadores ou seus representantes, e sócios individuais. A Reunião é aberta a outros interessados, prioritariamente professores e estudantes de Faculdades de Educação.

HOSPEDAGEM E RESTAURANTES

Será enviada, pela Comissão Local, uma relação de restaurantes e hotéis próximos à USP, indicando as linhas de ônibus. As reservas deverão ser feitas pelos interessados, diretamente aos hotéis. A USP dispõe de restaurante universitário e de alojamento gratuito para estudantes (levar roupa de cama). As vagas deverão ser solicitadas à Comissão Local e serão preenchidas por ordem de inscrição na XII Reunião Anual.

INSCRIÇÕES

Serão feitas mediante a devolução, para o endereço abaixo, da ficha de inscrição preenchida e acompanhada de cheque nominal no valor correspondente à taxa.

Os valores da taxa de inscrição serão:

- | | |
|----------------------------------------------|-------------|
| • sócios individuais (quites com a anuidade) | NCz\$ 14,00 |
| • sócios estudantes (idem) | NCz\$ 7,00 |
| • não-sócios | NCz\$ 20,00 |

Nota: para que se possa contar com recursos necessários à preparação da XII Reu-

nião Anual, serão cobrados preços especiais para inscrições antecipadas, até 30 de março de 1989, a saber:

- sócios individuais (quites com a anuidade) NCz\$ 7,00
- sócios estudantes (idem) NCz\$ 3,50
- não-sócios NCz\$ 14,00

Fazer cheque nominal à ANPEd e enviar para:

Comissão Local da XII Reunião Anual da ANPEd

Universidade de São Paulo/Faculdade de Educação

Cidade Universitária – Caixa Postal 30303
05508 São Paulo – SP

Tel.: (011) 210-1530 – 2110011 r/574

Projeto de Intercâmbio de Pesquisadores – 5ª Etapa/1988

Nesta etapa do Projeto realizaram-se os seguintes estágios: Ensino de Ciências – sediado pela USP; Educação Rural – um sediado pela UFC e outro pelo IESAE; Currículo – sediado pela PUC-SP; Ensino de 2º Grau, realizado na UFRN; Formação de Professores, realizado na UFBA; Trabalho e Educação, realizado no IESAE; História da Educação, sediado pela PUC-RJ; Ensino Superior, realizado na UFRJ e Política e Planejamento, sediado pela UFPE.

A maioria destes estágios foi realizada através dos Grupos de Trabalho da ANPEd o que lhes deu uma característica nova, ou seja, a possibilidade de pesquisadores mais experientes discutirem problemas de ponta e se articularem melhor, quer quanto ao encaminhamento de seus trabalhos, quer quanto à preparação de reuniões dos Grupos de Trabalho da ANPEd. Os estágios de Educação Rural, que reuniram membros do Grupo de Trabalho "Educação e Movimentos Sociais no Campo", propiciaram: primeiro, a formulação coletiva de um Programa de Estudos voltado para questões de ponta na área de educação no meio rural; e, num segundo momento, a análise de seu detalhamento em seis projetos institucionais e sua integração numa proposta conjunta. O de Currículo avançou análises sobre: "pesquisa-intervenção", conteúdo e método na pesquisa em currículo, movimentos contemporâneos de currículo, difusão de

resultados de pesquisa na área, o problema docente da disciplina currículo e política de pesquisa em currículo. O grupo propôs o estudo de viabilização de um programa de pós-doutoramento na área a ser discutido com a CAPES. O estágio de Trabalho e Educação reuniu a coordenação central do GT Educação e Trabalho e os coordenadores regionais. Esta reunião centrou sua discussão sobre a produção do grupo, nos últimos dois anos, sua participação nas reuniões científicas e sua contribuição no debate para a área de educação. O GT tem optado por um aprofundamento teórico e histórico da questão trabalho-educação e um problema se evidencia: a apreensão prática da relação trabalho-educação. Segundo relatório do estágio, a avaliação do grupo é que esta relação tem assumido um caráter bastante abstrato e mistificador. O esforço deverá visar a busca de uma atitude mais crítica e orientar a análise para os usos no âmbito educacional da relação trabalho-educação – questão importante, sobretudo face ao momento em que se discute as "bases e diretrizes" da educação nacional. A reunião-estágio do GT – Política de Ensino Superior discutiu, a partir de estudos e pesquisas desenvolvidas, pontos julgados importantes para o capítulo relativo ao ensino superior na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram analisados e detalhados: autonomia universitária, gestão democrática, normatização e supervisão, carreira docente,

pós-graduação. Um documento foi elaborado e encaminhado a todos os membros do GT devendo servir de base para próximas discussões e o trabalho na ANPEd. O estágio de História de Educação, por sua vez, propiciou a análise de temas de história e historiografia, bem como um balanço da atuação do Grupo de Trabalho na área; seu crescimento, sua articulação com outros grupos e instituições ligadas à pesquisa histórica, a elaboração de pesquisas geradoras de projetos de investigação de alcance regional e nacional e problemas ligados à socialização das informações coletadas e/ou produzidas. Os resultados da discussão foram reunidos em cartão-circular distribuído aos demais membros do GT. Na intenção de contribuir para o debate da LDB optaram por organizar um *Caderno de História da Educação*, com trabalhos já preparados por vários pesquisadores, discutindo a LDB sob o prisma das relações entre o regional e o nacional. Foi discutida ainda a situação da pesquisa histórica nos Programas de Pós-Graduação em Educação, gerando-se um roteiro de texto, que será desenvolvido por um dos membros do GT, para debates no encontro anual da Associação. O estágio de Política e Planejamento Educacionais organizado com o Grupo de Trabalho "Estado e Política Educacional" buscou levantar subsídios para trabalhos futuros tomando como parâmetros os seguintes pontos: concepção de Estado e as políticas públicas, democratização do Estado em relação à educação, bases

da democratização da educação. Levantaram-se alguns tópicos específicos para estudo e cada membro participante se responsabilizou por um tópico que será aprofundado através de um texto a ser discutido na próxima reunião do GT. Estes textos deverão compor-se em um documento-síntese a ser amplamente divulgado.

Nos demais estágios discutiram-se projetos específicos de cada área de pesquisa, tendo havido também discussões mais gerais sobre a produção do conhecimento e a Universidade e o contexto da pesquisa educacional e sua especificidade. Problemas foram apontados, como por exemplo, o não envio antecipado por parte dos participantes do projeto a ser discutido e de questões-chaves para discussão.

No estágio de Ensino de Ciências apontaram-se problemas relativos à diversidade das áreas abrangidas, à natureza dos projetos desenvolvidos e ao tipo de pesquisador participante, propondo-se uma revisão de organização.

O Projeto de Intercâmbio como um todo deverá ser objeto de discussão específica na próxima Reunião Anual da ANPEd, em São Paulo, de 8 a 12 de maio de 1989.

*Redigido por Bernadete A. Gatti,
responsável pelo gerenciamento
administrativo do Projeto de Intercâmbio.*

Novos Coordenadores

O Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ elegeu recentemente seus novos coordenadores: assumiu como Diretora Adjunta Elza Teixeira Vieira, em substituição à Mariana Cruz; Teresinha Granato substituiu Newton Sucupira na coordenação do Doutorado; e Tereza Penna Firme responsabilizou-se pela coordenação do Mestrado.

ANPEd NOTÍCIAS

Seminário Latino-Americano de Instituições de Pesquisa em Educação

Realizou-se em Brasília, de 17 a 20 de outubro do corrente, o Seminário Latino-Americano de Instituições de Pesquisa em Educação. Foram debatidos os seguintes temas: integração nacional e internacional de grupos de pesquisadores do setor educacional; formação dos pesquisadores em educação; e produção de pesquisa na área. As principais propostas foram: criação da Associação Latino-Americana de Pesquisadores Educacionais (ALIE) como entidade que implemente as diferentes linhas de integração internacional e apóie os organismos de investigação nacional; constituição de uma comissão provisória para estabelecer os elementos básicos da referida associação, com consulta e pronunciamento de todos os países latino-americanos; proposta para sediar na Venezuela o

próximo encontro latino-americano cuja temática incluirá a discussão e aprovação da estrutura e funcionamento da ALIE; criação de pequenas redes que vinculem investigadores de países que enfrentam problemáticas comuns, através de meios eletrônicos de comunicação e intercâmbio de estagiários; elaboração de projetos internacionais comuns com financiamentos externos; formação de pesquisadores especializados que se dediquem necessariamente à atividade de pesquisa, enquanto produtores de conhecimento para solução de problemas práticos e teóricos; e criação de um programa de bolsas para viabilizar o estágio de pesquisadores em centros latino-americanos.

Redigido pelo INEP

Seminário: "Universidade e Educação Popular: elos e rupturas"

O Departamento de Educação da PUC/RJ realizou no período de 28 a 30 de novembro um seminário, a nível nacional, sobre "Universidade e Educação Popular: elos e rupturas". Participaram do evento professores e pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e profissionais trabalhando no campo da Educação Popular. O Seminário contou com o apoio financeiro do INEP e da CAPES.

No primeiro dia foi abordada a relação existente entre a Academia e o Popular, apontando-se limites, possibilidades e possíveis desdobramentos. Outro tema debatido foi a questão da educação popular do ponto de vista da cultura negra. O segundo dia foi dedicado aos trabalhos de Educação Popular

realizados pela ou no interior da Universidade, buscando-se analisar a influência que estes trabalhos exercem, ou poderão vir a exercer no meio universitário; também se analisou a relação Educação Popular e Universidade, do ponto de vista dos educadores populares que fazem ponte com o universo acadêmico.

As exposições e debates foram de grande interesse, o que nos leva a acreditar que a realização do evento abriu um espaço real para um mútuo reconhecimento e maior aproximação entre a Universidade e a Educação Popular. Brevemente, sairá uma publicação sobre o Seminário.

Redigido por Pedro Garcia

Georges Snyders em Goiânia: Pedagogia marxista da alegria

De 7 a 11 de novembro de 1988, o Curso de Mestrado em Educação Brasileira e a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás receberam, para uma série de conferências, o professor francês Georges Snyders. Professor da Université René Descartes, Paris V, 72 anos, é conhecido entre nós pelas diversas publicações que se caracterizam pelo empenho em articular explicitamente a pedagogia ao marxismo.

Aqueles que esperavam encontrar no discurso do professor marxista a denúncia enfática de uma escola reprodutora ou o encaminhamento de uma proposta pedagógica revolucionária, sisuda e dramática, foram surpreendidos com o prisma da alegria colocado enquanto tema central das reflexões pedagógicas feitas.

Para os leitores mais assíduos da obra de Snyders, não houve surpresas. Ao longo de suas obras o autor vem trabalhando este tema da alegria, sempre associado à compreensão marxista da sociedade. A escola, escreveu Snyders, "só pode triunfar junto dos alunos do povo e fazê-los triunfar se for capaz de comunicar uma alegria atual àquilo que lhes ensina: o prazer de sentir a emoção de um poema, seja ele composto por um escritor ou por eles, de desenvolver um raciocínio coerente, de construir e de compreender os mecanismos, o sentimento de ter uma visão mais segura dos próprios problemas" (1977, p. 395). Ele foi delineando esta temática ao

longo de sua obra e no seu último livro, publicado em 1986, na França, "La joie à l'école" (publicado recentemente no Brasil sob o título "Alegria na escola"), o tema domina a obra. Neste livro, Snyders inicia evocando as alegrias da cultura espontânea, depois as da cultura elaborada, abordando especificamente a escola sob o prisma da alegria.

Nas conferências, ele explicitou este tema. "Meu drama", disse ele em determinado momento, "é que muitas crianças consideram que a alegria começa quando a escola terminou". Falou da dificuldade de manter a idéia de alegria em nossa sociedade quando o fato não está ligado a uma escolha. Assim, foi desenrolando o novelinho das possibilidades de manifestação de alegria, características da dialética entre continuidade e ruptura. A alegria cultural é a sua incessante busca embora, segundo ele, "a cultura não pode ser água perfumada, é preciso ver as dificuldades ... mas é preciso considerar a cultura progressista, a idéia de que se pode agir sobre as dificuldades". Condição, portanto, para que haja alegria cultural é que a cultura proposta traga mais certeza que insegurança, mais conforto e segurança do que insegurança. Não há alegria cultural possível se não é fundada numa certa confiança no progresso.

Um banho de otimismo. E bem que nós estamos precisando.

Redigido por Leda Scheibe

III Encontro de Revistas Brasileiras de Educação

Promovido pelas revistas "AMAE-Educando" e "Educação em Revista", realizou-se em Belo Horizonte, nos dias 15 e 16 de dezembro, o III Encontro de Revistas Brasileiras de Educação. O encontro, que contou com o apoio do INEP, tinha por objetivo discutir e buscar soluções para os problemas referentes à produção e à divulgação de periódicos

da área educacional. Foi analisado o papel acadêmico das revistas como instrumento de difusão científica e debatidas questões relacionadas com o financiamento, a distribuição e a comercialização de periódicos. Os participantes do encontro produziram um documento conclusivo, a ser encaminhado aos organismos interessados.

Realizou-se na Universidade de Brasília, de 19 a 21 de outubro de 1988, o "Seminário sobre a Universidade na América Latina: participação e gestão". O evento resultou de iniciativa do Programa de Doutorado Conjunto em Estudos Comparativos sobre a América Latina e Caribe, que une a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e a Universidade de Brasília. Esse seminário foi dirigido, principalmente, para os estudantes inscritos na linha de especialização "Universidade e Sociedade".

Foram examinados os padrões de participação e de gestão em universidades de cinco países (México, Venezuela, Chile, Argentina e Brasil), mediante a apresentação de textos por pesquisadores convidados: Carlos Pallan Figueroa, da Universidade Autónoma Metropolitana, da Cidade do México; Orlando Albornoz, da Universidade Central de Venezuela; Cristian Cox, do Centro de Investigación e Desarrollo Educativo e da FLACSO, de Santiago do Chile; Carlos Marquis, da Univer-

sidade de Buenos Aires; e Isaura Belloni, da Universidade de Brasília. Como debatedores, atuaram Laura da Veiga (UFMG), Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (UFRJ), Arabela Campos Oliven (UFRS), Lisete Arellano (USP), Niuvenius Junqueira Paoli (UNICAMP), Lúcia Maria Wanderley Neves (UFPE), Carlos Benedito Martins (UnB) e Fernanda Sobral (UnB).

O objetivo principal do seminário foi cotejar as diversas experiências nacionais quanto às bandeiras do movimento pela reforma universitária (Cordoba, 1918) com os princípios organizacionais próprios da tecnoburocracia, difundidos pelas agências internacionais, em especial a USAID, o BIRD e o BID. Em adição a essas experiências, buscou-se identificar a natureza de movimentos contrários a estes princípios tecnoburocráticos que por vezes resvalam para posições populistas, elas próprias motivo para outro tipo de reações.

Redigido por Luís Antônio Cunha

XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Educação

O Mestrado em Educação da UFBA realizou, de 12 a 16 de dezembro passado, o XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Educação, evento que este Programa realiza anualmente e que é considerado como um "momento no qual toda a produção do Mestrado é posta à crítica".

Contou com a presença de cerca de 200 (duzentos) participantes da capital e interior da Bahia, entre mestrandos e professores do programa, alunos e professores de outras áreas da UFBA, professores da rede de 1º e 2º graus e profissionais outros que atuam no campo da educação.

O evento, segundo seus organizadores, já se inscreve no calendário educacional baiano

e tem se constituído num momento privilegiado para debates de temas de significativa importância para os rumos da educação e do ensino.

O tema central aglutinador das atividades foi MUDANÇAS E EDUCAÇÃO NA BAHIA e seus objetivos foram: discutir os problemas centrais da educação baiana e as expectativas de solução; realizar uma discussão dos temas básicos que comporão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira; constituir-se em espaço de intercâmbio e articulação entre instituições, pesquisadores e aqueles responsáveis pelas ações no campo da educação no Estado da Bahia e tornar efetiva a prática de integração entre a comunida-

de e a instituição universitária para a qual esta se destina.

Constou da programação duas conferências, uma delas sobre "A Política Educacional no Estado da Bahia", proferida por um representante da Secretaria de Educação do Estado. Cinco mesas - redondas foram também realizadas: "Ensino de 2º Grau: cidadania e trabalho", com a participação das professoras Maria Aparecida Franco (UFF) e Ana Lúcia Magalhães (UFBA); "O Ensino de 1º Grau: democratização do acesso e qualidade", contando com os professores Carlos R. Jamil Cury (UFMG) e Heloisa Maria Curvelho (SEEB). Participaram das mesas-redondas, como convidadas de outras instituições, as professoras Elba Siqueira Sá Barreto (ANDE e FCC) e Janete Azevedo (UFPE).

Nas sessões de Comunicações foram apresentadas 43 pesquisas, estudos ou projetos de ação. Aconteceram também 2 minicursos: um sobre Movimentos Sociais, Organização Política e Educação e outro sobre Fenomenologia e Educação, proferidos, respectivamente, pelos professores Gisálio Cerqueira Filho (UFF e PUC/RJ) e Emmanuel Carneiro Leão (UFRJ).

O êxito do evento incorporou o fato de que, neste ano, o Instituto de Educação Anísio Teixeira, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, assumiu conjuntamente com o Mestrado a promoção do Simpósio. O evento contou, também, com o apoio financeiro da COMCITEC-BA, DESENBANCO, CAPES e INEP.

Redigido por Iracy Picanço

Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Em novembro pp., o Deputado Octávio Elfsio, do PSDB, apresentou à Câmara dos Deputados projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, protocolado sob nº 1.258/88. O projeto incorporou quase integralmente a proposta de Dermeval Saviani, divulgada na XI Reunião Anual da ANPEd e publicada na Revista ANDE nº 13. A esta proposta, o Deputado agregou extenso título relativo aos recursos para a educação, com o objetivo de disciplinar o uso dos recursos públicos a ela destinados, inclusive através do salário-educação.

A apresentação deste projeto marcou posição e acelerou as discussões sobre o assunto, tornando-se referência obrigatória das diversas propostas que o sucederam. Em particular, a ANDES e a CNBB elaboraram versões alternativas, reformulando e complementando vários de seus títulos. O próprio Octávio Elfsio, por sua vez, encaminhou oficialmente, em meados de dezembro, emenda ao projeto original, adequando-o ao espírito e à letra da Constituição, pois a proposta de

Saviani havia sido elaborada antes da promulgação da nova Carta.

Todos os documentos citados e algumas contribuições específicas, sobretudo aquelas elaboradas por iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, foram enviados aos Coordenadores dos Grupos de Trabalho, para estudo. Foram também analisados por uma comissão da ANPEd, que se reuniu com o objetivo de produzir subsídios que auxiliassem a tarefa dos GTs e nortearsem a reunião de seus Coordenadores, que terá lugar no Rio, em março de 1989, como preparação imediata à XII Reunião Anual.

Por outro lado, vários associados da ANPEd estão sendo solicitados a contribuir na elaboração da LDB e algumas associações estão mantendo contatos com Octávio Elfsio e Jorge Hage, dando a conhecer aos mesmos suas propostas e preocupações. Espera-se que a ANPEd contribua com sugestões significativas - o que deverá ser viabilizado na próxima reunião anual.

Seminários: Educação Nacional em Questão

O INEP promoveu, durante o ano de 1988, três Seminários, denominados "Educação Nacional em Questão". O primeiro, que reuniu educadores do Centro-Sul, foi realizado em Curitiba, nos dias 20 e 21 de junho, numa promoção do INEP, da Universidade Federal do Paraná e da Secretaria de Educação. Seu objetivo era discutir as novas funções da União, dos Estados e dos Municípios face às modificações introduzidas pela nova Constituição no setor da educação. O segundo, destinado aos estados do Nordeste, realizou-se em Recife, nos dias 8 e 9 de setembro. Promovido pelo INEP, pela Universidade Fe-

deral de Pernambuco e pela Secretaria de Educação deste mesmo Estado, o encontro visava aprofundar o debate acerca das principais questões que têm norteado as ações dos organismos responsáveis pela educação do Nordeste. Finalmente, nos dias 29 e 30 de setembro, reuniram-se em Cuiabá os educadores do Centro-Norte, convocados pelo INEP, pela Universidade do Mato Grosso e pela Secretaria de Educação, para debater os rumos da educação nacional frente ao desafio da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do futuro Plano Nacional de Educação.

VIII Encontro de Pesquisa em Educação no Nordeste

Realizou-se nos dias 26 a 28 de outubro, na Universidade Federal de Alagoas, tendo como tema geral "Os Impasses da Educação Básica no Nordeste". O encontro teve seis *mesas redondas*, simultâneas duas a duas, nas manhãs: Educação básica e trabalho, Pré-escola e alfabetização, Educação básica no meio rural, Educação de adultos, A escola e os movimentos sociais, Estado e políticas educacionais. Cada mesa redonda foi preparada e coordenada por um dos programas de

Pós-Graduação da Região. Nas tardes, ocorreram reuniões específicas e comunicações de pesquisas - 72 relatos, agrupados nos seguintes temas: Educação e sociedade (12), O professor leigo e a organização das comunidades rurais (3), Educação de adultos e ensino supletivo (5), Ensino de 2º grau (3), Educação rural (7), O professor: sua formação e suas lutas, Didática (13), Política, planejamento e avaliação educacional (3), Pré-escola e alfabetização (11), Currículos e experiências de ensino (15).

Mini-encontro de Pesquisadores da Região Centro-Oeste (27 e 28.09.88)

Os pesquisadores da Região Centro-Oeste, em reunião nos dias 27 e 28 de setembro de 1988, contando com a participação das Universidades: UFMS, UFMT, UCG, UnB, UFG, que formaram uma Comissão Coordenadora Provisória, resolveram instituir o programa de "Desenvolvimento de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação da Região Centro-Oeste".

Objetivos do programa:

1. Promover o efetivo intercâmbio de pesquisadores das Universidades do Centro-Oeste e demais regiões do País.

2. Implementar programas conjuntos de pesquisas entre as Universidades do Centro-Oeste.

3. Desenvolver e fortalecer os diversos programas de Pós-Graduação em Educação da Região.

4. Realizar esforço conjunto para obtenção de recursos à pesquisa junto às agências de fomento.

5. Formular proposta de implantação de Curso de Pós-Graduação a nível de Doutorado na Região Centro-Oeste.

Redigido por José Luís Domingues

ANPEd na 40ª Reunião Anual da SBPC

A ANPEd promoveu no decorrer da 40ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho de 1988, mesa-redonda denominada: *Educação e Política Social - da constituinte à legislação ordinária*. Participaram da mesa: Maria Beatriz Moreira Luce (UFRGS/ANPAE), Jorge Hage (Câmara dos Deputados - Congresso Nacional), Walter Garcia (CNPq) e Sofia Lerche Vieira (UFC-coord.).

Pretendeu-se examinar, nesta mesa-redonda, desde as questões mais gerais postas pela nova Constituição que deverão interferir sobre a política social, até aspectos mais específicos ao campo educacional, tais como:

os efeitos da nova política tributária sobre as responsabilidades educacionais do Poder Público (União, Estados e Municípios); a consagração dos novos direitos sociais, como direito à educação dos zero aos seis anos de idade, e seus efeitos sobre a política estatal; a democratização da gestão do sistema escolar; a autonomia universitária; a definição de limites entre o público, o privado e o comunitário e outros temas correlatos.

O debate foi bastante rico e deverá ser publicado em breve na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, do INEP.

Redigido por Sofia Lerche Vieira.

Seminário: "A Pós-Graduação em Educação no Brasil: análise e propostas"

Como parte das comemorações do 20º aniversário da Faculdade de Educação da UFRJ, o Doutorado em Educação realizou, no período de 12 a 16 de dezembro de 1988, o Seminário "A Pós-Graduação em Educação no Brasil: análise e propostas", tendo por objetivo analisar o quadro real da pós-graduação em educação, hoje, no Brasil e levantar sugestões/alternativas para contribuir com o processo já iniciado de reestruturação da pós-graduação nessa instituição.

Foram temas de discussão: "A produção e a análise de indicadores educacionais: acertos e equívocos"; "Sociedade Civil, Estado e Educação"; "A educação no contexto das Políticas Sociais: tendências observadas na

produção acadêmica"; "Aspectos Econômicos do Brasil de hoje e sua influência na Educação: o que o pesquisador em Educação deve saber de Economia"; "A pós-graduação em Educação no Brasil: evolução e tendências".

Além dos professores do próprio doutorado, participaram como conferencistas e debatedores: Sérgio Costa Ribeiro e Phillip Fletcher (LNCC), Bernardete Gatti (Fundação Carlos Chagas), Pedro Jacobi (FE/USP), Luiz Carlos Eichemberg (IEI-UFRJ), Maria Lúcia Werneck Vianna (IEI-UFRJ), Cláudio Salm (IEI-UFRJ), Luiz Antônio Cunha (FE-UFF) e Osmar Fávero (ANPEd).

Redigido por Lúcia Neves

ANEXOS

**Cartas-circulares do Presidente da Comissão de Consultores
da Área de Educação junto à CAPES**

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 1988.

Prezado(a) Coordenador(a):

Estou voltando de Brasília, onde aconteceu a reunião de presidentes de áreas. Trago de lá algumas novidades.

1) Fizemos as indicações para a renovação do conjunto de Presidentes. Neste conjunto, o eixo Rio-S.Paulo ficou com mais de 85% dos 1^{os}. indicados, sendo que a "pole-position" fica indiscutivelmente com a UFRJ.

2) Em nossa área a situação ficou assim: profa. Bernadete Gatti com 23 indicações (= total dos 23 programas credenciados para votar, 3 programas não enviaram indicações), prof. Jacques Veloso e profa. Terezinha Frôes, com 12 indicações. Estes 3 nomes foram encaminhados para o Conselho Deliberativo (CD) da CAPES. Os outros nomes indicados, na ordem, foram os seguintes: profa. Glaura V. Miranda (11 indicações), Marli André (8), José Silvério Baia Horta (7), Mérion Bordas (5), Nilton Fischer e Maria Beatriz Luce (4), Miriam Warde (3).

3) Temos, no exterior, em torno de 2000 bolsistas, no conjunto de todas as áreas, no âmbito da CAPES/MEC. O número de bolsas para 1989 não será tão grande quanto foi em 1988 (+ 650 bolsas novas para o exterior).

4) Bolsas no país: para o ano próximo o CTC aprovou as seguintes diretrizes:

a) renovação plena dos que já são bolsistas inscritos nos prazos adequados.

b) Expansão. Haverá um "quantum" de novas bolsas. Este "quantum" será distribuído pela administração da CAPES e pelo CTC. A

CAPES reservará para sua distribuição um número ínfimo. O restante (cota maior!) será dividido entre as áreas a partir da negociação entre os presidentes, na reunião de fevereiro, após o Carnaval (boa sorte, Bernadete!).

Em síntese: renovação + "quantum" administrativo + restante negociado.

O "quantum" administrado pela CAPES incluirá, para a decisão, o número de matrículas, o volume de pedidos de prorrogação de prazos (peso negativo!) e indicadores do programa.

Há outros pontos da política de bolsas no país:

a) os novos bolsistas, inscritos a partir de 1989, terão 30 meses de bolsas, sendo a 1^a etapa (agora) de 24 meses (e não mais 18 meses). A 2^a etapa (6 meses) depende das mesmas condições anteriores. Este processo vale para o CNPq.

b) a concessão de bolsa depende do parecer de uma comissão específica para tal, com representação discente garantida. Pressume-se ser o colegiado do curso a instância comum de nomeação desta comissão, mas deve-se ressaltar tanto o objetivo da CAPES/MEC quanto a autonomia universitária.

c) Prorrogações de bolsas para além de 30 meses serão aceitas para casos excepcionais, com parecer do colegiado e homologação pela Câmara de Pós-Graduação, sem ir à CAPES. Entretanto, o volume de pedidos de prorrogação implicará em avaliação negativa para o programa quando da distribuição de cotas de bolsas e da avaliação do programa.

d) Bolsas só devem ser concedidas a estudantes com o compromisso de dedicação plena ao programa. O bom senso da comissão de bolsa será importante na avaliação de circunstâncias.

e) Quando houver mudança de nível de mestrado para doutorado, contar-se-á um total de 60 meses para bolsa (60 meses - os meses do mestrado). A partir da mudança de nível, muda-se também o valor da bolsa.

f) O CTC solicitou ao CNPq que compatibilizasse suas datas, referentes a cotas adicionais, com as datas da CAPES, a fim de que os Coordenadores possam planejar as bolsas.

5. O ano de 1989 não terá em funcionamento o PET. Fechado para avaliação.

Saudações

Ass: Carlos Roberto Jamil Cury



Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1988

Prezado(a) Coordenador(a).

Ao final deste ano de 1988, completa-se o quadriênio durante o qual exerci a função de Presidente dos Consultores Científicos da área de Educação.

Indicado pela Comunidade, espero ter cumprido as exigências próprias da função: presidir a avaliação, indicar bolsistas para o exterior, participar das reuniões do CTC, indicar consultores para visitas de (re)credenciamento e de acompanhamento, estar presente junto a outros órgãos de fomento, bem como estar disponível para tarefas eventuais (pareceres, consultorias etc.).

Foram 2 avaliações, 5 reuniões para fins de indicação de bolsistas para o exterior, várias reuniões do CTC, muitas visitas do ciclo CAPES.

Nestas visitas procurei indicar consultores ao mesmo tempo introduzidos como novos e

adequados aos perfis dos Programas. Foram visitados 27 Programas, movimentando-se 41 consultores provindos de 17 programas.

Muitos colegas foram para o exterior, com crescimento significativo de bolsas.

Ao final do 1º biênio, já havia prestado contas em torno de iniciativas importantes das quais participei como: a feitura do 3º PNPg, a visita ao exterior e o posicionamento ante o GERES e outras.

Como representante da Comunidade junto à CAPES/MEC, creio ter repassado, com razoável clareza e constância, as definições do CTC e as modificações nos programas da CAPES, através de correspondência a todos os Programas.

Pretendo não estar exagerando se disser que contribuí para que a área tomasse mais consciência da existência de vários programas de apoio e da importância da avaliação.

Creio que, representando a área, me foi possível ver, com maior nitidez, os caminhos da agência para a área: Trabalhei neste sentido porque, nas circunstâncias, era prioritário.

Outro ponto de insistência foi o da importância da ligação programas/administrações centrais (Pró-Reitorias). Há muito por se fazer neste campo de atuação, a depender da atuação dos coordenadores.

Tenho plena consciência de que no sentido inverso, isto é da comunidade para a CAPES, há muita estrada por se construir e alargar, mas não posso deixar de registrar o cuidado e a atenção com que a ANPEd sempre atuou nesta relação. Jamais faltou conversa, informação e muita consulta.

A avaliação que posso fazer da área, exatamente porque inerente à função, nasce de tarefas que possibilitam contatos diretos e indiretos com os programas e com as agências.

A área coexiste em diferentes espaços

e tempos. Não necessariamente hierárquicos. O que não impede de apontar, nesta diversidade, diferentes tempos de maturação e consolidação. Há programas consolidados que se permitiram "um cochilo"; há outros em luta (nem sempre imediatamente visível) por maior consolidação e mesmo definição identificadora; programas em crise e outros emergindo.

Não estou bem seguro da necessidade de abertura de tantos novos programas de Mestrado. Mas estou seguro de que as coordenadas que emiti no *Boletim* da ANPEd garantem um bom começo e quem quiser investir neste terreno.

Estou seguro, por outro lado, da necessária abertura de programas de Doutorado, mas que sejam *programas* e não cursos.

Há problemas reais nos programas: carência de doutores, pesquisas em dispersão, currículos inchados, número pequeno de defesas e tempo longo de titulação. Entretanto, o maior deles, parece-me, reunir, ao mesmo tempo, clareza de proposta com definição programática identificadora: muitos créditos com retardamento de projetos ou aceleração de projetos com número diminuto de créditos. Num palavra, proposta de cursos (muitos créditos, pouco tempo para projeto) ou proposta de programa (projetos).

Obviamente, um doutorado tem que ser *programa*. Enquanto que o mestrado pode abrigar um número mais equilibrado de disciplinas.

Dependendo, porém, da resposta a esta questão de fundo, é possível planejar um modo de ir ultrapassando os outros problemas,

sobretudo na agressividade em torno de projetos institucionais de pesquisa e ir avançando na direção de um padrão de excelência na diversidade. A via de acerto com áreas/sub-áreas parece-me trilhar por estas definições.

Outros pontos que reputo importantes: maior presença e visibilidade de programas que não ousam aparecer, melhor integração e perfil das revistas e corpo docente permanente.

A consolidação da ANPEd como associação científica deve ser considerada meta atingida e por isso será necessária sua presença junto aos programas viabilizando o caminho "civil" de superação de problemas ligados ao intercâmbio cultural. A ANPEd se fortaleceu devido à correlação esforço e êxito dos dirigentes com o correspondente fortalecimento (diverso e desigual) dos programas.

Finalmente, creio que o nível de expectativa intra-área vem se tornando mais exigente, o que permite tanto uma produção mais emancipada quanto uma avaliação mais rigorosa.

Ao encerrar minha função, quero desejar votos de sucesso à nova presidenta de área, professora Bernadete Gatti. E deixar registrado meus agradecimentos aos programas, a CAPES e ANPEd e sobretudo ao programa da UFMG. Peço excusas quanto a desacertos e inevitáveis ruídos de comunicação.

A todos um Feliz Natal e bem sucedido 1989, do colega

Ass: Carlos Roberto Jamil Cury

Na oportunidade, a ANPEd, em nome da comunidade que representa, agradece ao Prof. Cury pelo trabalho desempenhado com dedicação e competência como Presidente do Comitê Assessor da Área de Educação junto à CAPES.

Relatórios do Comitê Assessor de Educação do CNPq

3ª Reunião

30 de agosto a 2 de setembro de 1988

A terceira reunião do CA-Educação 1988, ocorrida de 30 de agosto a 2 de setembro teve a participação de Bernadete Angelina Gatti, Luiz Antônio Cunha, Maria Estela Dal Pai Franco e Maria Nobre Damasceno (em substituição). Justificaram ausência, por motivo de força maior, Magda Becker Soares e Myriam Krasilchik.

Modalidades analisadas

Foram analisadas as seguintes modalidades de fomento:

- Bolsas no Exterior (Mestrado, Doutorado e Especialização)
- Bolsas de Desenvolvimento Científico-Regional
- Auxílios (Promoção de Eventos Científicos, Auxílio Individual à Pesquisa, Pesquisador Visitante, Participação em Eventos Científicos/Viagens)

• Editoração (pareceres quanto ao mérito para subsidiar o Comitê Editorial).

Embora desconhecendo a disponibilidade de recursos, foram recomendados auxílios no valor de Cz\$7.413.081,00 na expectativa de que os mesmos sejam liberados. O quadro a seguir aponta os números de solicitações e recomendações nas diversas modalidades.

No que tange à recomendação de solicitações cabe registrar:

a) *Bolsas no Exterior*: Lamentavelmente diversas das solicitações não apresentaram plano geral e/ou projeto suficientemente explicados que justificassem a recomendação. Outrossim vários projetos configuram-se como propostas que poderiam ser desenvolvidas no país, do modo mais pertinente.

b) *Auxílios*: Especialmente no que concerne às solicitações para promoção de eventos científicos, verifica-se que muitas delas carecem de detalhamento, por vezes omitindo a indicação de conferencistas e demais convi-

Demanda e Recomendações nas Diversas Modalidades de Fomento Analisadas

Modalidades	Demanda	Recomendados
Bolsas no Exterior		
Mestrado	8	1
Doutorado	6	2
Especialização	3	1
Doutorado (pesquisa de campo)	2	2
Bolsa de Desenvolvimento Científico Regional	1	1
Auxílios		
Pesquisa	9	1
Pesquisador visitante	1	0
Participação em eventos	2	0
Promoção de eventos	13	6

dados e outras vezes não comprovando a anuência dos convidados.

Sugere-se que os eventos de menor porte procurem veicular os trabalhos apresentados em periódicos regionais e até nacionais antes de solicitarem recursos para a dispendiosa publicação de anais próprios.

Registra-se ainda que as análises de todas as modalidades de auxílios têm sido prejudicadas, resultando muitas vezes em parecer desfavorável, devido à falta de relevância e coerência das propostas e a orçamentos insuficientemente detalhados e justificados quando não incoerentes com o projeto apresentado. Além disso, têm sido apresentados projetos que não se caracterizam como pesquisa mas como atividade de extensão ou formação de professores, o que não se enquadra nessa modalidade de auxílio.

Outras atividades

a) Indicação de nomes para as quatro vagas do CA-ED 1989/90

- Vaga de Magda Becker Soares – indicada sua recondução

- Vaga de Luiz Antônio Cunha – indicada sua recondução

- Vaga de Bernadete Angelina Gatti

Indicados: Maria Nobre Damasceno – UFCE

Teresa Gally Andrade – UFPB

Arnon A.M. Andrade – UFRN

- Vaga de Maria Estela Dal Pai Franco

Indicados: Merion Campos Bordas – UFRGS

Helölsa Luck – UFPR e Leda Scheibe – UFSC

b) Revisão de lista de consultores "ad hoc" e indicação de novos nomes.

c) Estimativa de necessidades nas diversas modalidades de fomento do CNPq para a área de Educação no ano de 1989, para fins de orçamentação.

Na execução de tal atividade procurou-se entrosamento com a ANPED. A projeção de

necessidades assentou-se em dados disponíveis sobre séries históricas nas diversas modalidades de auxílios e número de professores e alunos vinculados aos programas de pós-graduação em educação no país.

d) análise da produção científica dos bolsistas vinculados ao sistema há mais de 5 anos, ensejando o início do diagnóstico do programa de bolsas de pesquisa já mencionado no relatório anterior do CA-ED, e que objetiva buscar uma visão de conjunto quanto à evolução quantitativa e quanto aos temas privilegiados.

Finalmente cabe registrar que as bolsas de apoio técnico têm como exigência a vinculação empregatícia do bolsista à instituição onde a pesquisa será desenvolvida e o exercício em função técnica que justifique a sua inclusão em um ou mais projetos, tendo caráter de apoio mais duradouro.

Nota da Redação: Segundo informação verbal, a composição do Comitê para a área de Educação, após a 2ª consulta, ficou a seguinte: Magda B. Soares e Luiz Antônio Cunha, reconduzidos; Maria Nobre Damasceno (substituindo Bernadete Gatti) e Maria Malta Campos (substituindo Maria Estela Franco); Myriam Krasilchik ainda tem um ano de mandato.

4ª Reunião

29 de novembro a 2 de dezembro de 1988

A quarta reunião do CA-Educação do ano em pauta teve participação de:

Bernadete Angelina Gatti, Luiz Antônio Cunha, Maria Estela Dal Pai Franco, Magda Becker Soares, Myriam Krasilchik, Maria Nobre Damasceno (consultora "ad hoc", convidada a participar devido a alta demanda de processos).

Modalidades analisadas

As análises focalizaram as seguintes modalidades de auxílios:

- Bolsas no Exterior (Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado, Aperfeiçoamento/Especialização)

- Bolsas no País (Bolsas de Pesquisa, Iniciação Científica, Aperfeiçoamento A e B, Mestrado e Doutorado, Bolsa de Desenvolvimento Científico Regional, Bolsa de Recém-Doutor e Pós-Doutorado)

- Auxílio (Auxílio Individual à Pesquisa, Pesquisador Visitante, Promoção de Eventos

Científicos, Participação em Eventos/Via-gens)

- Auxílio Integrado

Foram recomendados auxílios no valor de aproximadamente Cz\$79.136.341,00.

Registra-se, no entanto, que tal recomendação assenta-se na expectativa de que os recursos sejam obtidos.

Demanda e Recomendações nas Diversas modalidades de Fomento Analisadas

Modalidades	Demanda	Recomendadas		TOTAL
		P1	P2	
Bolsa no País				
Pesquisa	100			34
Iniciação Científica	176	36	25	61
Aperfeiçoamento A	55	-	10	10
Aperfeiçoamento B	107	9	11	20
Mestrado (quota/cursos)	503	225	86	311
Doutorado (quota/curso)	63	30	12	1
Desenv. Cient. Regional	1	-	1	1
Pós-Doutorado	1			
Recém-Doutor	1	1	-	1
Bolsas no Exterior				
	2			
Pós-Doutorado	9			1
Doutorado	6			5
Mestrado	3			1
Aperfeiçoamento				
Auxílios				
Auxílios	Demanda	Recomendados		
Pesquisa	45		14	
Pesquisador Visitante	1		1	
Programação Eventos	14		7	
Participação/Eventos	14		3	
Integração	3		2	

Pontos Focalizados na Reunião do Conselho de Coordenadores de Comitês Assessores

- A questão de recursos volta a ser alvo de inúmeras preocupações, na medida em que o orçamento do CNPq depende das definições sobre o Orçamento Geral da União. A discussão da problemática no CCCA sinalizou os diferentes cenários que podem estar presentes no próximo ano para a área de Ciência e Tecnologia, os quais variam de uma visão mais pessimista até uma perspectiva desejável. Certamente tais indefinições se refletem sobre as recomendações dos vários Comitês Assessores que, a partir de dados corretos, projetam os elementos que permitirão dialogar com o desconhecido que vem pela frente.

É neste contexto que deve ser entendido o Plano de Ação do CA-ED 1989, fundado em critérios discutidos na 3ª reunião e cuja concentração será reflexo do cenário econômico que se configurará para o próximo ano.

No espírito das indefinições que perpassam as ações 89 cabe registrar que o CA-ED trabalhou com uma quota mínima de bolsas (36 bolsas IC, 09 bolsas AP, modalidade A e B).

- Os auxílios solicitados por membros dos CA's serão julgados pelos respectivos comitês sem a presença do membro solicitante.

- Continua em discussão a concessão de bolsas parciais para alunos com vínculo empregatício na mesma região metropolitana onde realizam o curso. Neste sentido foi formada uma comissão para estudar a viabilidade de ajuste de critérios de concessão de bolsas CAPES/CNPq.

- No que se refere as decisões sobre os novos comitês assessores, foram recebidas as indicações relativas ao 2º turno e as decisões do CD estão previstas para meados de dezembro.

Pontos focalizados pelo CA-ED

- Foi discutida pelo CA-ED a questão dos cortes de Bolsas de Pesquisa já concedidas. Registra-se que, por decisão do Conselho Diretor, os pedidos de reconsideração estão sendo analisados pela área técnica.

- A análise da situação de Bolsas de Mestrado e Doutorado (quotas e cursos) evidencia que os cursos que instituíram Comissão de Bolsas têm apresentado menor evidência de problemas nas questões de distribuição e de indicação de necessidades.

- Considerando que as indicações de Bolsas de Mestrado e Doutorado (quotas à cursos), especialmente no que se refere à renovações, têm apresentado alta incidência de enganos, recomenda-se especial cuidado dos vários Programas de Pós-Graduação na especificação de suas necessidades. Outrossim o CA-ED sugerirá ao CNPq que seja realizado somente um julgamento anual desta modalidade de fomento o que certamente reduzirá a incidência de erros e facilitará os trâmites burocráticos, permitindo provir controle do sistema.

- Foi considerado altamente desejável que os Cursos de Pós-Graduação em Educação de uma Universidade se apresentem unificados nas próximas solicitações de auxílio, tendo em vista uma distribuição mais equitativa de recursos. Certamente o CA-ED levará em conta indicadores demográficos e de produtividade ao julgar em conjunto tais cursos, na reunião de abril de 89.

Este Boletim foi composto e diagramado em:
RIOTEXTO Tecnologia e Processamento Ltda

Rua Cruz Lima, 35/303 - Flamengo - Cep 22231 - Rio de Janeiro - RJ - Telefone: 285-2915

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL	1
INEP 50 ANOS: PERSPECTIVAS	
● INEP: dos 50 anos passados aos 50 anos futuros	3
Manuel Marcos Formiga – Diretor Geral do INEP	
● Notas sobre a pesquisa educacional no Brasil	10
Cândido Grzybowski – FGV/IESAE	
● Política de documentação e informação	14
Osmar Fávero – FGV/IESAE e ANPEd	
INEP: POLÍTICAS	
● Relatório da Comissão de Avaliação da Política de Pesquisa Educacional do INEP	18
● Relatório da Comissão de Avaliação da Política de Documentação e Informação Educacional do INEP	24
ESPAÇO ANPEd	
● Autonomia de pensamento: o legado de Durmeval Trigueiro Mendes	31
Clarice Nunes – PUC/RJ	
INFORME ANPEd	
● Prêmio Durmeval Trigueiro Mendes	35
● XII Reunião Anual da ANPEd	36
● Projeto de Intercâmbio de Pesquisadores – 5ª Etapa/1988	38
ANPEd NOTÍCIAS	40
ANEXOS	
● Cartas-circulares do Presidente da Comissão de Consultores da área de Educação junto à CAPES	46
● Relatórios do Comitê Assessor de Educação do CNPq	49

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

SECRETARIA GERAL: Rua Dr. Celestino, 74 – 2º andar – 24020 – Niterói/RJ – Tel.: (021) 717-4902

COMITÊ EDITORIAL: Osmar Fávero, Jésus de Alvarenga Bastos e José Silverio Baia Horta

COLABORAÇÃO E APOIO: Marília Costa Cruz (FGV/IESAE)